

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA NO DIA SEIS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA E QUATRO** -----

----- Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência e Presencial, em Sessão Extraordinária, reunião sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente. -----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada, na modalidade mista, que combina com o formato presencial e a videoconferência, através da plataforma “Teams”. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares

de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Carla Sofia Lopes de Almeida, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Susana Maria da Costa Guimarães, Luis Filipe Jesus Dias, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Pedro Paulo Machado Alves Mendes, Maria João Bernardino Correia e Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Faltou à reunião a seguinte Deputada Municipal:-----

----- Paula Inês Alves de Sousa Real. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Carla Madeira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Misericórdia, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Carla Sofia Lopes de Almeida.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Luis Filipe Jesus Dias.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice Presidente João Paulo Saraiva e Vereadora Celeste Correia.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos começar, está aberta esta sessão, que é a nonagésima sexta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, que é a centésima quinquagésima quarta reunião, portanto, vamos começar pelo período de intervenção do público, a Senhora Sílvia Vicente, desistiu, portanto, dou a palavra ao Senhor Pedro Henrique Aparício.”-----

----- Tem a palavra, o Senhor Pedro XXXXXXXXXX Aparício.”-----

----- **O Município, Senhor Pedro XXXXXXXXXX Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Senhor Presidente,*-----

----- *Senhores Membros da Mesa,*-----

----- *Senhores Deputados, que estão na sessão de forma presencial e em online, tal como eu, antes de mais nada, eu gostava de começar por vos agradecer, a todos, gentilmente, dar-vos aqui o meu muito obrigado, porque sei que estamos em reta final, diria eu, reta final do mandato que se iniciou há alguns anos a esta parte e para o qual todos vós contribuíram para que a nossa cidade fosse algo melhor do que há uns anos atrás, seria, ou pelo menos, era esse o desejo, e não posso deixar de registar esta como possivelmente a última sessão onde o público vai intervir. Já nos vamos conhecendo, amplamente e, portanto, venho aqui reiteradamente deixar-vos este meu cumprimento e este meu agradecimento, independentemente das formações partidárias que representam, porque acho que o serviço que, embora seja remunerado através das senhas de presença não deixa de ser uma causa nobre, e que é muito necessária para que a nossa cidade possa evoluir.-----*

----- *Sem mais demoras, e indo aqui, à materialidade da minha intervenção, não vos trago apenas a Teixeira de Pascoaes, hoje, gostaria, obviamente, de vos dar nota de como é que a situação está, mas dizer também, que fico algo preocupado, e ouvi as palavras da Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, no início, que dizia, vamos fechar trabalhos no próximo dia 20, ou no dia 20, não sei se de setembro, ou de julho, mas é efetivamente com este sentimento de tristeza que vejo, a Teixeira de Pascoaes novamente abandonada, porque efetivamente ninguém tem a certeza se no dia 1 de setembro, a escola terá condições para começar a trabalhar. Sendo certo, que já houve uma promessa inicial por parte do gabinete do Vereador Manuel Grilo, que seria no final do ano, isto estávamos em 2018, já foi a 30 de junho, já foi a 15 julho, já estamos a 30 de julho, e ninguém sabe muito bem como é que a coisa está, mas eu também, vão-me desculpar, não vos vou maçar mais com isto, porque efetivamente,*

nota-se a seriedade com que a Assembleia Municipal tem-se dedicado a fiscalizar, esta ação do executivo, que foi inscrita nas grandes opções do plano de 2018, que foi adjudicada por duas vezes, e que passou por esta Câmara esta adjudicação por duas vezes, sendo que da primeira vez, eram apenas dois milhões de euros, com 25% de fundos comunitários que, entretanto terão sido perdidos, face a uma segunda adjudicação por quatro milhões de euros e, portanto, dar-vos nota, aqui ao terceiro Presidente da Assembleia Municipal, que conheço neste mandato, que efetivamente parece-me que os Senhores se descuraram no papel de fiscalização da ação do executivo.-----

----- Além disso, deixar aqui também uma situação, que me deixa particularmente preocupado, e prende-se com a morte da ciclista Patrizia Paradiso. -----

----- A Patrizia, tal como eu, é uma pessoa que escolheu deslocar-se pela cidade de Lisboa, através de bicicletas, e acabou por falecer, vítima de um atropelamento, num local onde era suposto haver uma ciclovia construída há cerca de um ano atrás, e mais uma vez, os Senhores, efetivamente, autorizaram que estas questões fossem publicitadas, que fossem avançadas, mas ninguém vê os tempos de execução destas questões, e mais uma vez ninguém acompanha a execução daquilo que é a ação do executivo. Ninguém vê efetivamente, se as notícias batem como se costuma dizer, em bom português, “a cara com a careta” ou “a bota com a perdigota” e, portanto, deixar-vos também esta manifestação de preocupação. Porque efetivamente a ciclovia na Almirante Reis, já foi feita duas ou três vezes, e estou bastante à-vontade dizer-vos que entendo-a como equipamento importante, porque eu utilizo todos os dias na minha deslocação de Alvalade para o Chiado, hoje em dia, sofro de um medo terrível, levar com uma ambulância pelas costas quando me desloco no sentido descendente da Almirante Reis.-----

----- Também já vi aqueles elementos sinalizadores que estão a ser arrancados, porque, efetivamente, as marchas de urgência tem levado a que isso aconteça, mas dizer-vos que verdadeiramente, sinto isto, há falta de fiscalização do poder do executivo, e efetivamente, os Senhores não têm conseguido diligentemente cumprir a vossa missão.-----

----- Como dizia a Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, que também nos conhecemos, porque a 7ª Comissão, uma das coisas que fez foi visitar a Escola Básica Teixeira Pascoais, muito agradeço o vosso relatório que conseguiu gerar alguma unanimidade nesta Câmara, porque efetivamente conseguimos que houvesse uma Recomendação, nunca implementada pela Câmara Municipal e que os Senhores também nunca se preocuparam, o que é que se passa na escola, porque é que não há resposta, porque é que nunca se investigou qual é que seria a melhor solução para estes alunos, portanto, setembro de 2021, será efetivamente uma incógnita, mas uma coisa vos garanto, Lisboa tem, segundo, diz a Comissão Nacional de Eleições, quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove eleitores, que vão a votos. Muito sinceramente, Meus Senhores e Minhas Senhoras, Deputados Eleitos, Presidentes de Junta de Freguesia que, por inerência se sentam nesta Câmara, temos

que elevar a fasquia e o cumprimento daquilo que é a missão daquela que se apregoa como a Casa da Cidadania.-----

---- Não queria deixar, obviamente, de minorar o meu agradecimento, mas dizer-vos que não devem dar o vosso trabalho por terminado, estamos numa altura de encerramento das urgências, de encerramento do trabalho que ainda não está concluído, como Simonetta Luz Afonso dizia, e também exortar o próprio Secretário da 7ª Comissão, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, onde está a Escola Básica Teixeira de Pascoais, que tão violentamente se predispõe a combater o incumprimento da Teixeira de Pascoais, mas nunca o vi intervir neste fórum, especificamente sobre o tema.-----

---- Portanto, fica o meu, acima de tudo, agradecimento por aquilo que conseguiram construir, por aquilo que conseguiram fazer e com alguma pena, é assim, efetivamente não há o trabalho, não se pode dizer como concluído, mal fosse, porque senão também perdia aquela que é a relevância do órgão deliberativo da nossa cidade.-----

---- Meus Senhores e Minhas Senhoras, se não nos voltarmos a ver, muito obrigado por tudo o que conseguiram fazer, pelas partilhas que fomos construindo e que fomos fazendo, e até breve ou até à próxima se não for antes.-----

---- Obrigado, Senhor Presidente.”-----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigado, Senhor Pedro Aparício.-----

---- Dou a palavra ao Senhor Carlos █████ Santos, que está presente e que irá usar da palavra.”-----

---- **O Município, Senhor Carlos █████ Santos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Boa tarde a todos.-----

---- Eu sou Carlos █████ Rodrigues, residente em Lisboa, sou cidadão português.-----

---- Eu já trabalhei em Portugal com descontos para serviços da Segurança Social, de momento estou desempregado, com um █████.-----

---- Com um agregado de quatro famílias e dois menores, tendo-me deslocado ao serviço da Santa Casa de Lisboa, nesta altura que nos encontramos. Uma vez solicitei um passe para um menor, porque o █████, não pôde usufruir do passe social da camioneta, grátis, dado pela Câmara, e a assistente social da Santa Casa, diz que não podia apoiar, e que o miúdo que vai a pé para a escola, no meio da chuva e a camioneta está toda contaminada.-----

---- Ora, os Senhores Deputados da Assembleia e o Presidente da Assembleia e de mais postos desta casa. Eu sou um eleitor da cidade, e não concordo com esta intervenção da técnica da Santa Casa.-----

---- Tenho recorrido aos serviços, inclusive a █████ solicitei o passe para a escola, e eu levei o █████, para fazer a █████, fomos a pé! Eu pergunto, eu sou eleitor da casa, será que nós estamos a fazer bem para nossas crianças?-----

----- Por isso, venho cá falar com os Deputados da Assembleia, para terem conhecimento que apoios sociais dirigidos a esse serviço, não estão a ser bem aplicado. E não só, para além, disto, há xenofobia e racismo, dentro deste departamento. Eu não tenho vergonha de dizer, porque, neste departamento, mesmo até que me disse “se eu for à tua terra, se me dão apoio do RSI”, eu disse que isto, não é digno de uma técnica social. Porque nós dirigimo-nos a uma técnica, porque nós precisamos de informar o que se está a passar, mas não é para nos tratar com este tipo de comentários.-----

----- Eu pedia o favor ao diretor desta unidade, que me afastasse a técnica, porque eu não consigo mais estar à frente a ver esta técnica, a minha criança está sempre a dizer, “pai ■■■, mesmo com a ■■■, com a ■■■, até agora não tenho passe”, eu já falei com técnica, até agora nada.-----

----- Pedi o livro de reclamação, o afastamento da técnica. A diretora desta unidade disse que não, ela é que manda, e não vou afastar. Isto é um abuso de poder aí.-----

----- Eu peço calorosamente os serviços, que eu voto para a Assembleia e não só, eu também trabalhei com descontos para a Segurança Social, está registado.-----

----- As nossas crianças é o nosso futuro, se nós pudermos apoiá-los, se há serviço para nos apoiar, conforme os critérios, nós apresentámos os papéis, mas xenofobia e racismo, não pode estar neste serviço.-----

----- Esta é a minha indignação que vim cá para solicitar a minha intervenção, e peço, calorosamente, se alguém me puder ajudar nesse sentido, que nem eu, nem as crianças, nem a minha esposa, ninguém sente à vontade de falar com esta técnica. É sempre a intervenção com discriminação, assim não vamos a lado nenhum, somos todos iguais e a oportunidade de igualdade, somos todos iguais, por isso, se estamos aqui para defender o futuro, as crianças estão no primeiro lugar.-----

----- Muito obrigado pela vossa ajuda, e eu peço, mais uma vez, calorosamente, o vosso apoio.-----

----- Vou deixar aqui um documento, à Mesa da Assembleia, porque Deus, disse, todos os homens são iguais, e cá na terra estamos de passagem, devemos-nos ajudar uns aos outros. Hoje estou a precisar amanhã, pode ser o meu próximo, preciso de ajudar o próximo.-----

----- Muito obrigado pela intervenção, e bom trabalho a todos.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Pode deixar, se faz favor os documentos.-----

----- Acabamos, portanto, este período de intervenção do público.-----

----- Vamos continuar com um voto de pesar, peço à Virgínia Estorninho que leia o Voto de Pesar, é o voto de pesar 154/02 do MPT, “Voto de pesar por Patrizia Paradiso”-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 154/02 (MPT) – (Subscrito Pelo Grupo Municipal do MPT) VOTO DE PESAR “Por Patrizia Paradiso”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- *Voto de Pesar*-----
----- *por Patrizia Paradiso*-----

----- *Patrizia Paradiso, cidadã italiana que residia há 14 anos em Portugal, faleceu no passado dia 26 de Junho na sequência da colisão entre a bicicleta onde seguia e um automóvel na Avenida da Índia, à saída do viaduto entre Belém e Algés, uma das artérias da capital onde as velocidades excessivas dos carros mais insegurança têm trazido aos ciclistas que nela circulam.*-----

----- *A investigadora em engenharia de materiais no Instituto Superior Técnico tinha 37 anos, estava grávida e foi mais uma vítima da sinistralidade rodoviária quando, tal como outros milhares de pessoas, acreditava ter encontrado na bicicleta o meio de transporte mais seguro nesta fase de distanciamento social imposto pela pandemia.*---

----- *As manifestações de indignação pela sua morte extravasaram a capital e estenderam-se ao Porto e a Braga, exigindo ao Governo e às autarquias a redução do volume de tráfego e das velocidades de circulação rodoviária nas cidades para 30 km/h, e reivindicando o aumento da fiscalização do cumprimento do Código da Estrada, nomeadamente os excessos de velocidade e os comportamentos de risco por parte dos automobilistas em relação a utilizadores vulneráveis.*-----

----- *A morte de Patrizia Paradiso e as várias tragédias similares ocorridas noutras artérias de Lisboa tornam evidente a urgência da aprovação do Plano de Segurança Rodoviária (anunciado em 2019) que, de uma vez por todas, permita compatibilizar uma mobilidade sustentável e inclusiva com a segurança dos utilizadores de bicicleta e dos peões, incluindo aqueles com mobilidade reduzida.*-----

----- *Assim, o Grupo Municipal do Partido da Terra - MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Plenária de 6 de Julho de 2021, manifeste o seu profundo pesar pelo falecimento de Patrizia Paradiso, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem.*-----

----- *Mais se propõe, que o presente voto de pesar seja enviado à sua família, à Agência Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes e à Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (MUBi).*-----

----- *Lisboa, 6 de Julho de 2021*-----

----- *O Deputado do Grupo Municipal do MPT*-----

----- *- José Inácio Faria -*-----

----- **Vamos passar à votação do Voto de Pesar 154/02 (MPT).** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto Pesar 154/02 (MPT)** foi aprovado por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência dos Deputado(a) Municipal Independente Patrícia Gonçalves e Pedro Paulo Mendes nesta votação).**-----

---- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio pelo falecimento de Patrícia Paradiso).-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Vamos passar ao Período da Ordem do Dia, aprovação da Ata 148, de 25 do Maio de 2021, esta Ata teve em conta umas sugestões de correção enviadas pelo Senhor Deputado José Inácio Faria.-----

----- **1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 148 DE 25.05.2021** -----

----- Vamos passar à votação do **Voto de Pesar 154/02 (MPT)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto Pesar 154/02 (MPT)** foi aprovado por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente Pedro Paulo Mendes nesta votação)** -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 148** os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- **Ata n.º 148** Sessão Extraordinária, realizada em seis de julho de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Diogo Feijóo Leão Rodrigues (PS), Carla Sofia Lopes de Almeida (PS), Luis Newton Parreira (PSD), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Margarida Isabel Bentes Penedo (CDS-PP), Gonçalo Maria Vassalo Moita (CDS-PP), Luis Filipe Jesus Dias (PCP), Ana Maria Páscoa Baptista (PCP) e Pedro Paulo Machado Alves Mendes (IND).-----

----- **2. APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA DA 153ª REUNIÃO (3ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO), DE 29.06.2021, RESPEITANTE À APRECIACÃO DO PONTO 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 435/CM/2021 - RATIFICAÇÃO DA CONTRATACÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REFORÇO DO FINANCIAMENTO DOS APOIOS E INVESTIMENTOS "COVID-19" NAS ÁREAS DA SAÚDE, PROTEÇÃO SOCIAL E ECONOMIA, EM PARCERIA COM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO CONSELHO DA EUROPA (CEB);**-----

----- Vamos passar à votação do **Excerto da Ata 153 de 29 de junho de 2021 respeitante ao Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 435/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana

Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Excerto da Ata 153 de 29 de junho de 2021 respeitante ao Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 435/CM/2021** foi aprovado por **unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação do **Excerto da Ata 153** os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Excerto da Ata n.º 153** Sessão Ordinária de Junho, terceira reunião, realizada em vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Carla Sofia Lopes de Almeida (PS), Davide Miguel Santos Amado (PS), José António Cardoso Alves (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Vasco André Lopes Veiga Margado (PSD), Ana Maria Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), Paula Inês Alves de Sousa Real (PAN) e Pedro Paulo Alves Mendes (IND). -----

----- **3. APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA DA 153ª REUNIÃO (3ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO), DE 29.06.2021, RESPEITANTE À APRECIACÃO DA PROPOSTA 436/CM/2021 - CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE UM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ANTERIORMENTE CELEBRADO;** -----

----- Vamos passar à votação do **Excerto da Ata 153 de 29 de junho de 2021 respeitante à Proposta 436/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Excerto da Ata 153 de 29 de junho de 2021 respeitante à Proposta 436/CM/2021** foi aprovado por **unanimidade**. -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação do **Excerto da Ata 153** os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Excerto da Ata n.º 153** Sessão Ordinária de Junho, terceira reunião, realizada em vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Carla Sofia Lopes de Almeida (PS), Davide Miguel Santos Amado (PS), José António Cardoso Alves (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Vasco André Lopes Veiga Margado (PSD), Ana Maria Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), Paula Inês Alves de Sousa Real (PAN) e Pedro Paulo Alves Mendes (IND). -----

----- **4. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 13/2021 – “HOMENAGEM EM LISBOA - 25 DE ABRIL”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO**

REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;----

----- (A **Petição 13//2021** fica anexada à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer da 7ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação 154/01 (7ª CP)** fica anexada à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, Petição 13/2021 – “Homenagem em Lisboa – 25 de Abril”. Portanto, eu dou a palavra ao Senhor Pedro Vieira, que é o Peticionário que está ou vai intervir por videoconferência. -----

----- Senhor Pedro Vieira tem a palavra.” -----

----- **O Município, Senhor Pedro Vieira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de Peticionário:-----

----- “Ora viva muito boa tarde, não sei se me estão a ouvir com qualidade, tive que vir para um restaurante porque estava sem serviço de *wi-fi*.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está-se a ouvir perfeitamente!” -----

----- **O Município, Senhor Pedro Vieira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de Peticionário continuou:-----

----- “Obrigado ainda bem. -----

---- A minha petição ter uma fundamentação relativamente simples, obrigado por me estarem a ouvir e pela oportunidade de explaná-la. Eu há 3 anos, tive oportunidade de lançar uma iniciativa semelhante que no fundo visava reparar a memória das quatro pessoas que foram assassinadas no dia 25 de Abril, quatro manifestantes que estava em frente à sede da PIDE DGS e que foram metralhados nessa altura e até hoje não tem havido uma marca na cidade algo que sinal a memória dessas quatro pessoas, desses quatro homens.-----

----- Há três anos, essa petição passou pela Assembleia Municipal e seguiu o seu caminho, rumo à Comissão de Toponímia da Cidade e acabou por cair numa espécie de buraco negro, porque acabei por saber de forma informal a partir da vereação da cultura da Câmara de Lisboa que a petição teria sido chumbada por já haver suficientes homenagens ao 25 de Abril na capital portuguesa.-----

----- No entanto, esta notificação nunca foi feita de forma própria, acho eu e então passados 3 anos, resolvi relançar esta iniciativa até por estamos a aproximar-nos de duas datas muito simbólicas, pelo menos não entender. Por um lado vamos ter tanto tempo de democracia como de ditadura e acho que isso é um facto de assinalar e que é propício a fazermos alguns balanços e tentarmos fecharmos as contas de um tempo negro que ficou para trás e, por outro lado, estamos também relativamente perto dos

50 anos do 25 de Abril, acho que algures neste íterim seria uma boa ocasião de assinalar a memória das quatro pessoas que foram mortas nesse dia.-----
----- Sei que é um desafio em termos de toponímia será, com certeza, difícil, até pela saturação, digamos, da atribuição de nomes de ruas em Lisboa. Mas é difícil encontrar quatro locais para isto, se calhar, não é essa a solução melhor.-----
----- Já na 7ª Comissão da Assembleia Municipal tivemos oportunidade de falar sobre isso, se calhar, poderá ser uma solução diferente, um banco de jardim, um memorial no espaço público, qualquer coisa que assinala, uma placa com dignidade e que corrija os erros da placa que, neste momento estão na Rua António Maria Cardoso que foi lá posta por iniciativa cidadã, acho que até erros factuais acho que que seria bom que os poderes públicos da cidade assinalarem a vida e a morte destas quatro pessoas e chegar-se a uma espécie de concluir de um ciclo. -----
----- Há três anos, houve, cerca de 400 pessoas que alinharam nesta petição, desta vez, foram cerca de 1100, se calhar, número não é assim tão importante o número de adesões, o que para mim é fundamental é deixarmos esta marca da cidade, porque acho que é uma coisa que nós devemos há quatro pessoas que morreram no dia em que o país mudou para sempre e daí o lançamento desta petição. -----
----- Não quero tomar-vos mais tempo, no fundo é este o fundamento.”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Pedro Vieira.-----
----- Não temos mais inscrições, vou dar a palavra ao Relator que é o Senhor Deputado Sobreda Antunes e pretende apresentar um relatório.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relator: -----
----- “Muito boa tarde, penso que o nosso peticionário já explicou praticamente todo, vou apenas fazer um breve resumo. -----
----- Em 17 de Maio de 2021, a Assembleia Municipal de Lisboa recebeu uma petição subscrita por 1197 cidadãos a propósito de uma ‘Homenagem em Lisboa ao 25 de Abril’ que se encontra pendente de deliberação municipal. -----
----- Com esta petição o primeiro subscritor Senhor Pedro Vieira veio requerer esclarecimentos sobre uma outra anterior, a Petição nº 11/2018 para a “Atribuição de topónimo aos homens assassinados pela polícia política no dia 25 de Abril de 1974”, e que a AML já havia apreciado em reunião que perfaz exactamente 3 anos esta semana (10/7/2018), mas que, de acordo com os peticionários, da parte da Câmara Municipal de Lisboa a iniciativa acabaria por cair no esquecimento, sendo que nunca lhes teria chegado qualquer notificação oficial. -----
----- Após as audições e pedidos de informação entretanto requeridas, a 7ª CPCEJD aprovou por unanimidade as recomendações incluídas no parecer, merecendo ser destacadas as deliberações entretanto assumidas pela Comissão de Toponímia, bem como a resposta prestada pela vereação sobre as iniciativas entretanto encetadas e que se encontra anexada ao parecer. -----

----- Consideramos dispensável proceder à sua exaustiva leitura, por ser do conhecimento dos subscritores da petição e dos Grupos Municipais.-----

----- No entanto, destas deliberações será justo destacar o levantamento já encetado pelo Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, que promoveu uma identificação descritiva dos malogrados cidadãos, cuja referência consta no final do presente parecer. De acordo com essas descrições, ao final do dia 25 de Abril e “já depois da rendição do Presidente do Conselho, agentes da DGS (abriram) indiscriminadamente fogo a partir das janelas do edifício sobre a multidão na rua, causando dezenas de feridos e quatro mortos”.-----

----- Falta agora o executivo municipal seguir as sugestões da Comissão de Toponímia, selecionando os lugares melhor adaptados para sinalizar em espaço público da capital, à semelhança do praticado noutras cidades europeias, desenvolvendo-as em locais como praça, largo, alameda, caminhos ou bancos de jardim, e/ou à fixação no solo recorrendo à técnica da calçada portuguesa. -----

----- Esta é também uma oportunidade para a Câmara Municipal de Lisboa começar desde já a planear a participação do Município de Lisboa nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que terão início em 24 de Março de 2022. -----

----- Finalmente, cumpre-nos agradecer aos peticionários terem reposto este tema na ordem do dia e apelar à Câmara Municipal de Lisboa que as assuma após devida ponderação, não se esquecendo de pelo menos informar a posteriori o primeiro subscritor. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Peço à Virgínia Estorninho que dê a palavra aos deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, senhora, secretária e a boa tarde, senhor Presidente, senhores secretários, caros vereadores, caros deputados, caro público.-----

----- Em primeiro lugar, saudar a iniciativa do peticionário Pedro Vieira, e em particular, no momento em que alguns pretendem dar somente uma memória seletiva e que outros se entregam à manipulação e ao cancelamento de atos eleitorais e históricos e também à destruição de imagens, ganha importância esta iniciativa de Pedro Vieira e de outros 1200 cidadãos. -----

----- Somos o que somos também por conhecermos o passado, estamos perante um daqueles momentos em que o presente dá um futuro ao passado. -----

----- Primeiro à que contrariar a versão de que, no 25 de Abril de 74, não se derramou sangue, derramou! Felizmente, pouco, mas o suficiente para nos alertar que a conquista da liberdade e da democracia também teve um momento trágico. -----

----- Depois, porque sobre as teses, sobre o concelho da história de Walter Benjamin, encontramos a terrível frase; “*os mortos também não estarão protegidos do inimigo se ele ganhar.*”, pelo que também compete preservar o nome destas vítimas para que a democracia triunfe. -----

----- Como fazê-lo na minha ótica acompanhando as recomendações da 7ª Comissão e propondo ainda a instalação de quatro bancos diferenciados ao longo da Rua António Maria Cardoso, cada um identificado com a pequena biografia de uma vítima, para que qualquer pessoa possa ali descansar, ler um livro, meditar, namorar em plena liberdade beneficiando plenamente do legado desse dia ocorrido histórico, ocorrido há 47 anos! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Sobreda Antunes, quer ainda como deputado falar?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não Senhora Secretária, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Então tem a palavra Senhora Deputada, Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhora secretária, obrigada pela palavra. -----

----- Em primeiro lugar, o grupo municipal do Bloco de Esquerda quer saudar as mais de mil pessoas que assinaram esta petição, aqui apresentada pelo Senhor Pedro Vieira. Aliás, como o tema da petição não é novo nesta Assembleia, já que em 2018 uma petição com teor muito semelhante mereceu, também, a aprovação desta casa e o trabalho da 7ª Comissão, na altura, foi importante, como foi agora. -----

----- Na verdade, o tema desta Petição traz-nos o debate sobre a memória e a sua aplicação no espaço da cidade, ou seja, a sua aplicação no espaço público e essa é uma das formas de não deixar esquecer acontecimentos, de continuar a assinalar a história e de manter a memória de momentos muito relevantes para o nosso país e neste caso o 25 de Abril!-----

----- E no momento em que atravessamos uma pandemia, mas também ao mesmo tempo o debate público, por vários países, tem vindo a assistir a tentativas de apagar a história ou tentativas de a reescrever com propósitos políticos. Sabemos que em Portugal também temos visto sinais disso, por isso consideramos tão importante manter viva a memória do 25 de Abril, mas também das vítimas da violência do fascismo e da extrema-direita neste momento em que vivemos é muito importante manter essa memória. -----

----- Por isso, consideramos que as recomendações que hoje apreciamos, e que votaremos favoravelmente, são essenciais, até para uma visão mais alargada da

história do 25 de abril na cidade de Lisboa e da sua visibilidade e da sua necessidade de visibilidade no espaço público, ainda para mais quando se aproxima os 50 anos desta data.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP-IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente e a todos os que nos ouvem, aqui e através das novas tecnologias lá em casa.-----

----- Antes de mais queria saudar os 1200 peticionários através do primeiro subscritor, o Senhor Pedro Vieira por ter trazido novamente à memória e a está casa, uma petição que foi aprovada e que pelos vistos até agora não teve quaisquer consequências.-----

----- De facto, estas quatro pessoas, que foram brutalmente assassinadas pela PIDE, a rajadas de metralhadora no dia 25 de Abril, foram as últimas vítimas do fascismo já quando a liberdade grassava a cidade e dominava a cidade. E é mais que justo que haja consequências da petição anterior e agora desta e que, de facto, a Câmara consiga de uma vez por todas a prestar uma justa homenagem a estas vítimas.-----

----- Acho, aliás, quero saudar também o Senhor Deputado Sobreda Antunes e a 7ª Comissão - que eu não faço parte - por esta recomendação, que é pequena mas que é rica no seu conteúdo e traz, de facto, pela primeira vez que eu me lembre, embora minha presença nesta casa também não é assim tão longa, propostas muito objetivas como esta cidade que foi a Capital da Liberdade ficar com uma marca indelével do que foi a luta contra o fascismo e do que foi também o próprio 25 de Abril.-----

----- Acho que é altura, de facto, e a Câmara creio que é a única entidade, claro, que com outras aqui, são sugeridas a liderar este processo, agora que nos aproximamos dos 50 anos das comemorações do 25 de Abril e da revolução que trouxe, digamos, a liberdade a este país, é altura da Câmara, de facto, criar um roteiro que, também, aqui foi proposto, um roteiro que lembre o que foi a luta pela liberdade ao longo de 48 anos de fascismo e é disto que se trata.-----

----- E, também, do que é que foram os pontos, os momentos e os locais de uma resolução que foi conhecida e admirada por toda a Europa como a Revolução dos Cravos e que seguramente, terá nacionais, estrangeiros, escolas, enfim, tanta gente que terá interesse em ficar a conhecer ou relembrar estes locais e esses momentos. Acho que é isso que esta recomendação nos traz aqui hoje e uma vez por todas, provavelmente, este será a última Assembleia Municipal constituída por partidos completamente democráticos que se identificam com o sistema político que se identificam com a Constituição deste país que saiu exatamente da revolução.-----

----- E, portanto, acho que nós não podemos deixar passar a memória da resistência ao fascismo, como tem-se deixado passar até agora, apesar de estarmos sempre todos de

acordo nesta matéria, não é pelos vistos, e isto é uma crítica que deixo a todos, não é preciso chegar os Andrés Venturas e os Chegas e outros quejandos, porque nós agora também não fomos capazes de fazer uma justa homenagem e de lavrar na história da cidade, o que é que se passou e que eu já referi anteriormente.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhora Deputada, Ana Gaspar, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Caro Senhor Presidente AML (Assembleia Municipal de Lisboa), Secretários, Executivos da Câmara, os meus queridos colegas Deputados Municipais e restantes cidadãos presentes.-----

----- Em primeiro lugar um agradecimento forte ao Pedro Vieira, porta-voz acidental como ele se define e aos restantes 1196 cidadãos, por trazer a esta casa da cidadania a vontade coletiva que esta petição espelha.-----

----- Aproximo-me de modo sensível falar convosco diretamente desta casa, já que aqui há muitos anos iniciamos, o João Almeida e eu, este movimento “Não Apaguem a Memória” com outros companheiros, portanto, é uma parte afetiva de mim que hoje está aqui também presente.-----

----- Vejo, portanto, que o 25 de Abril nesta casa todos estimamos, não foi esquecido, como facto social da nossa história. Social, mas também afetivo, sempre afetivo!-----

----- O tal dia inicial e puro que a poetisa revela, está no nosso ADN. No nosso ADN de um país ameno, solidário e inclusivo. E, portanto, de pé estão sempre connosco todos os que amam a liberdade, também, de pé estes cidadãos que foram mortos num único dia, num dia luminoso, talvez para muitos de nós o único dia luminoso, verdadeiramente de luz, luz feita de muita luta, passada, presente e futura e não se faz futuro sem memória.-----

----- Muito obrigada aos cidadãos e muito obrigado e este magnífico Pedro Vieira, porta-voz acidental! Não há acidentes, à história, à construção coletiva, obrigado Pedro Vieira, obrigada aos outros cidadãos que estão certamente de pé connosco a recordar aqueles que não estão neste momento, mas serão sempre na nossa memória.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhora Deputada, Patrícia Gonçalves, Independente.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Saúde em primeiro lugar, o Pedro Vieira e os promotores e subscritores desta petição da qual foi inclusive subscritora há três anos e continua a ser subscritora agora! -----

----- É justa a homenagem a estes quatro cidadãos e já é tardia e, por isso, esperamos que ela seja feita ainda antes que se completem os 48 anos de liberdade, o mesmo tempo que durou a ditadura. -----

----- Subscrevemos assim as recomendações da 7ª Comissão e esperamos que, desta vez a recomendação aprovada nesta Assembleia, que esperamos que seja, não se perca no caminho entre a Assembleia e a Câmara Municipal e seja cumprida.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação 154/01 (7ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 154/01 (7ª CP)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Miguel Graça nesta votação)** -----

----- **5. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 9/2021 – “PELA NÃO EXTINÇÃO DO ESPAÇO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO BOA ESPERANÇA”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A **Petição 09/2021** fica anexada à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 7ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação 154/02 (7ª CP)** fica anexada à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora à Petição 9/2021 – “Pela não extinção do espaço Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança”, vai usar da palavra o Senhor Fernando Soares que está presente na sala e peço para usar da palavra.” -----

----- **O Município, Senhor Fernando Soares**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de Peticionário: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Presidentes de Junta e Senhoras e Senhores. -----

----- Portanto, como foi dito já na última videochamada, que nós tivemos por causa de recuperámos o espaço onde estava sediado o Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança, vimos pedir o mesmo que pedimos da primeira vez, para recuperar o nosso espaço que foi demolido pela Câmara Municipal de Lisboa, portanto e dizer aqui algumas coisas, que eu acho que são de dizer. -----

----- Recebemos aqui na petição dos senhores, e recebemos umas cartas a dizer porque é que não respondemos? O CCD Boa Esperança não percebeu nenhuma carta por causa do espaço.-----

----- Em segunda análise, foi dito que nós estávamos lá desde 1976, portanto, eu quero alertar aqui a Quinta da Carrapata ainda não existia o Bairro São João de Brito. Quinta da Carrapata é assim que se chama aquela quinta onde está inserido hoje o Bairro São João de Brito, onde eu fiz parte da Cooperativa de Habitação Económica Boa Esperança, portanto, fui lá diretor, também ajudei a fazer o nosso bairro em 1982, o Boa Esperança. E nós, Centro Cultural Desportivo Boa Esperança, já lá estava sediado nesse ano em 1976, ainda o Bairro São João de Brito não existia. -----

----- Eu quero aqui também dizer ao nosso Presidente de Junta, Doutor António Borges, diz aqui, “eles tinham uma construção abarracada. Não sei em que ano foi demolida”. Gostava de saber onde é que era essa barraca ou barracada? Nós estamos ali desde 1976, quando a Câmara fez aquele pavilhão que é da Cooperativa de Habitação Económica Boa Esperança, nós sempre estivemos lá e sempre praticámos lá desporto. Sempre praticámos lá desporto na dita Quinta da Carrapata que era assim que se chamava e julgo que se formos às folhas está lá, hoje é bairro São João de Brito, mas nós estamos lá primeiro que o Bairro São João de Brito. O CCD Boa Esperança está lá desde 1976.-----

----- E aqui um à parte, nós Associação de Moradores da Quinta do Alto é que demos o aval às pessoas poderem construir- o aval mediante a Polícia Municipal e Câmara Municipal de Lisboa, vocês dão aqui o parecer a nós, para as pessoas poderem construir o Bairro São João de Brito -, eu sou desse tempo, devia ter e 17, 18 anos mas ainda sou desse tempo. -----

----- O nosso Presidente da Junta diz que não nos conhece! Eu tenho aqui documentos que enviamos para a Junta de Freguesia, nós a minha direção. Não sei se posso entregar isto à Mesa?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode entregar.”-----

----- **O Município, Senhor Fernando Soares**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de Peticionário:-----

----- “Obrigado. -----

----- Nós recebemos uma carta da Câmara em 2018, 22 de março de 2018, a dizer que a nossa sede ia ser demolida! Nós respondemos e até hoje, não obtivemos qualquer notícia sobre isso, recebemos a notícia que era para demolir a 14 de abril de 2021. Portanto, não sei se posso entregar isto à Mesa, mas, tenho isto aqui!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Pode deixar à Mesa, sim!”-----
----- **O Múncipe, Senhor Fernando Soares**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de Peticionário:-----
----- “Obrigado.-----
----- Tenho aqui vários *emails* mandados para a nossa Junta e Vereador do Desporto. A dizer que fomos Campeões Nacionais de Futsal, um à parte, nós jogamos em Campeonatos do Inatel que é uma coisa relativamente barata, que nos saia barata e somos campeões em título ainda de futsal.-----
----- Mandámos em 14 de maio de 2018, um *email* à Câmara a dizer: “*vimos informar que o Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança, que foi Campeão de Futsal de Lisboa do Inatel*” - até agora, se o Senhor Presidente não desconhece, ainda não recebemos qualquer resposta, mas tudo bem, ok!-----
----- As atividades do Boa Esperança baseavam-se em futebol de onze, em Futsal, em jogo da malha, jogos tradicionais portugueses no Largo em frente à sede, (Jogo da malha, do chinquilha, outras atividades recreativas, nós lá fizemos). Também passou por lá várias cenas de Teatro, na nossa coletividade e há imagens disso!-----
----- Eu acredito que o Senhor Presidente da Junta Freguesia não nos conhecesse porque, se calhar, só nos conheceu no dia 13. No dia 13 não, numa conferência que ele estava lá dá no bairro em que o meu colega Arsénio Paulo, fomos ter com ele e dissemos: “Senhor Presidente, nós precisamos de falar”. Então foi agendada uma reunião para o dia 13, um dia antes da demolição das instalações. Um dia antes a demolição da nossa instituição, portanto, temos aqui um *email* da Junta de Freguesia.--
----- Temos aqui um pedido também ao Senhor Vereador do Desporto da nossa Junta de Freguesia, com caráter de urgência a fim de tratámos de assuntos relacionados com os incentivos pressa quer relacionar, com a minha ida à câmara que a câmara pediu o CCD Boa Esperança, que era relacionado com a minha ida à Câmara, porque a Câmara pediu-nos tudo, pediu-nos os estatutos, nós fomos lá nunca obtivemos qualquer resposta e depois quando recebemos a tal carta, fomos marcar uma reunião com o nosso Vereador do Desporto em que, até agora também não obtivemos qualquer resposta. Temos aqui, está *email* da Junta e está o nosso CCD Boa Esperança!-----
----- Portanto, temos aqui também das nossas atividades e desde que somos coletividade, aquilo que fizemos ao longo do Inatel desde 1976 - eu também vou entregar uma à Mesa-, portanto, estamos assim! Queremos recuperar o nosso espaço!--
----- Não sei se isto está atualizado ou não, mas é que nós cá estamos ou já não estamos, já não fazemos parte lado do bairro!-----
----- Temos aqui no Lote 2 e posso cá deixar, isto era planta do Bairro São João de Brito, em que nós temos aqui sediados. Desapareceu! Já não estamos, desapareceu! Por isso, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, nós queremos recuperar o nosso espaço, porque temos atividades desportivas, vão começar agora também. Ainda hoje recebi do Inatel as atividades para que nós possamos continuar, mas instalações não

temos! Os nossos pertences estão num depósito da Câmara Municipal de Lisboa e é isto que eu tinha a dizer aos senhores, porque de factos mandaram uma coletividade que estava ali sediada na Quinta da Carrapato. -----

----- O Senhor Presidente diz aqui que não conhece, não, o Bairro São João de Brito não existia Senhor Presidente – eu sei que o senhor está aí a ouvir-me – o Bairro São João de Brito não existia quando nós fomos para lá. Eu Moro lá a 57 anos na Quinta da Carrapata, depois foi para o Bairro Boa Esperança, como já disse, fiz parte dos corpos sociais da Cooperativa de Habitação que foi inaugurado em 1982, portanto, e o Bairro São João de Brito não existia! Aquilo era vazadouro de terras, aonde eu brincava! -----

----- Portanto, Senhor Presidente se não sabe, mas se quiser, eu posso explicar num dia que o senhor queira eu posso explicar, eu ou os meus colegas de direção, portanto, Senhor Presidente, senhores, é isto que nós vimos apelar, é isso que nós vimos pedir, para não deixarmos morrer, estamos no ano da Cultura e do Desporto de Lisboa para não deixarmos morrer uma coletividade! Ah, aliás, foram as duas coletividades desse bairro abaixo sem mais a menos. Foi a São João de Brito que foi abaixo e a nossa também foi abaixo. -----

----- Porquê? Tem que perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Medina, portanto, de resto o que eu venho aqui apelar, eu tenho aqui as assinaturas de quase 500 pessoas, vimos apelar para que seja reposta a nossa sede outra vez, é isso que eu quero! -----

----- Obrigado e já faço chegar os documentos!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Dou a palavra ao Relator, o Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de relator:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Em primeiro lugar, uma palavra de saudação aos petionários, cuja petição teceu a melhor atenção e análise da 7ª Comissão e permitiu, aliás, a elaboração de recomendações a este plenário, num sentido bem mais amplo do que aquilo que o Clube Boa Esperança nos vem aqui hoje pedir. -----

----- Dizer que relativamente à análise dos factos, no debate, que se fez em 7ª Comissão está transcrito, integralmente transcrito no relatório e aprovar por unanimidade dos membros da 7ª Comissão, portanto, toda e qualquer interpretação de diz que diz seja daquilo que for, é perfeitamente refutada face à transcrição integral do debate, salvo algum lapso, no relatório que está hoje em apreciação. -----

----- Segundo ponto, verificou-se das diligências efetuadas pela 7ª Comissão, que nem sempre as coletividades em Lisboa e o Clube da Boa Esperança em particular, conseguem cumprir com aquilo que lhes é legal e regulamentarmente exigível. E não conseguem cumprir com isso, não por falta de vontade, mas sobretudo porque e a 7ª Comissão reconheceu, as atividades são geridas por pessoas com caráter voluntário e

que não fazem esta atividade social profissão e portanto, a 7ª Comissão reconheceu exatamente essa circunstância apela para que genericamente nas duas recomendações, a Câmara Municipal possa disponibilizar um mecanismo de apoio às coletividades e os seus órgãos sociais para cumprirem com as suas obrigações legais e regulamentares, quer seja junto da Câmara, quer seja junto do fisco, quer seja presente em matéria de proteção de dados, matérias que são complexas e que a 7ª Comissão reconhece que nem sempre para coletividades formadas com base no voluntariado dos seus corpos gerentes, entre os seus associados, sejam fáceis de cumprir. -----

----- Infelizmente, a legislação tem estreitado a malha e nem sempre em benefício das nossas coletividades e é esse esforço que a 7ª Comissão apela ao Executivo Municipal que o faça. E que foi exatamente o que se passou aqui.-----

----- O Bairro São João de Brito, chamemo-lo assim, independentemente das múltiplas designações que o local teve, designadamente a Quinta da Carrapata, que era uma área que precisou de uma intervenção urbanística com vista à regularização do solo. Não é em sentido próprio uma área urbana de génese ilegal, mas ainda assim, a Câmara Municipal na intervenção que fez no espaço, promoveu audição de todos os interessados. -----

----- E o que se verificou é que nalgum momento, houve uma omissão por parte do Clube Boa Esperança, em relação à reivindicação dos direitos que vem agora aqui invocar e, portanto, havendo uma consolidação da intervenção urbanísticas, à 7ª Comissão restou recomendar à Câmara Municipal que, tendo em conta aquilo que entendemos que é uma última razão para responder ao apelo desta coletividade e em nome do direito ao habitat que está hoje consagrado na Lei de Bases da habitação, aliás, que os e principal redator e contribuinte que foi uma Ex-presidente desta Assembleia Municipal, a Senhora Helena Roseta e, portanto, que para esse reconhecimento ao direito ao habitar, se as populações do Bairro São João de Brito assim reconhecerem a importância desta coletividade e da sua presença no território, que a Câmara Municipal encontra esse espaço e convocamos as intervenções das populações por um motivo simples, é que se não houver essa reivindicação por parte das populações não se concretizou chamado direito ao habita, já que a coletividade por inação não reivindicou os seus eventuais direitos, os seus rogados direitos relação ao espaço que ocupava. -----

----- Iguamente sensível foi a 7ª Comissão à questão dos espólios das coletividades. Os espólios das coletividades muitas vezes narram a pequena história da cidade e devem ser preservados e não é apenas esta coletividade, são diversas as coletividades foram encerrando em Lisboa, fruto da pandemia, fruto da perda de associados, fruto das alterações ao regime do arrendamento urbano, é todo um espólio que importa preservar. E, nessa medida, aliás, esta frase o representante dos peticionários; é impressionante o nosso espólio que está depositado no armazém municipal. Nós entendíamos que este espólio deve ser acolhido e deve ser recebido com todas as circunstâncias como uma arte da história da cidade. -----

----- E estes acervos nomeadamente os troféus é evidente, independentemente disso o Clube Boa Esperança continua a ter atividade desportiva, pelo aquilo que foi relatado.-

----- E, portanto, foram estas as recomendações, estas três. A cedência de terrenos e assim que for conhecido pela população como imprescindível ao direito ao habita no Bairro São João de Brito. -----

----- O apoio no futuro a esta e a outras coletividades para o cumprimento de obrigações legais e regulamentares e, portanto, a criação desse serviço de apoio para aliviar dessa carga ou pelo menos para auxiliar na dessa carga, aqueles e aquelas que voluntariamente se dedicam a servir a comunidade através destas coletividades. -----

----- E, por fim a preservação dos espólios documentais e não só destas coletividades quando as mesmas não disponham de instalações próprias ou cessem atividade.-----

----- Foi uma petição de apreciação difícil, atendendo a tudo quanto estava em causa, mas a verdade é que foi demonstrado e reconhecida alguma incapacidade no lidar com esta situação e nós entendemos que as coletividades fazem parte da vida das comunidades onde se insere. Também esta coletividade, se assim for reconhecido pela população que resultará do processo de regularização do Bairro São João de Brito, merecerá da nossa parte esse suporte, mas o direito ao habitar, não é a Assembleia Municipal que o querer, são as populações. E só nesse sentido, e porque se percutiram todos os prazos para que pudesse intervir no programa de recuperação. É que a Assembleia Municipal faz este último esforço no sentido de preservar daquele local a coletividade, se assim for o desejo das populações. -----

----- Mas a verdade é que todos lidamos com dinheiros públicos e os dinheiros públicos nem sempre pelas exigências especiais de rigor como exige o Tribunal de Contas, o escrutínio público, das entidades, do quarto poder da imprensa, podem lidar com uma informalidade tão grande, como àquela que tivemos oportunidade de verificar e que se encontra relatada neste relatório, aliás, aprovado por unanimidade.---

----- Espera a 7ª Comissão, não só para o Clube Boa Esperança mas, para todas as coletividades no Município de Lisboa que exercem aqui a sua atividade ter feito nesta petição um esforço no sentido de reconhecer o seu papel e de criar as melhores condições, não só para o seu funcionamento através do apoio que é proposto no Ponto 2 das recomendações, como também, quando tal não for possível para a preservação da sua memória que é parte indelével da vida e da história da vida de Lisboa.-----

----- Disse, Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Peço à Segunda Secretária Virgínia Estorninho que dê a palavra aos Senhores Deputados inscritos ”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhor Deputado, Gabriel Batista Fernandes do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Presidente, senhora, secretária, senhores vereadores, senhores deputados, senhoras e senhores. -----

----- O CDS, vai votar a favor desta recomendação e aproveita para sinalizar que tanto a Câmara como os clubes e associações devem ver nestas intervenções urbanísticas de fundo, uma oportunidade para reorganizar, refundar e legalizar as situações menos claras, em que algumas instituições ainda se encontram. -----

----- Nem a Câmara e muito menos a Junta devem ser um obstáculo ao desenvolvimento do fenómeno associativos. -----

----- O CDS, defende também a avaliação da possibilidade do Clube voltar a ter instalações no bairro, no Bairro João Brito, e que a Câmara apoia coletividade que, por diversas razões deixaram de ter um espaço físico, mas carregam em si parte da história de Lisboa e do seu associativismo, além do espólio que detém que deve ser preservado e dado a conhecer à população em geral.-----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Presidente, senhores secretários, senhores vereadores, senhores deputados. -----

----- Os Verdes saúdam os subscritores desta Petição que visa assegurar a existência de instalações no Bairro São João de Brito para o Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança, após a conclusão das obras de requalificação e da regularização dos direitos de propriedade dos solos. -----

----- O projecto de requalificação deste bairro previu a demolição das instalações desta colectividade, fundada em 1975, mas não prevê novas instalações. Por essa razão, os pertences foram encaminhados para um depósito da Câmara Municipal. -----

----- No final de Abril, o Grupo Municipal do PEV fez uma visita ao Bairro São João de Brito e conversou com alguns moradores sobre o processo de legalização dos lotes e as obras de requalificação do espaço público e, como não podia deixar de ser, foi abordada a demolição das instalações do Centro Cultural e Desportivo Boa Esperança e também da Associação Juvenil São João de Brito. -----

----- A propósito da requalificação do Bairro, é fundamental intervir, seja a nível do espaço público, das redes de saneamento e água, dos arruamentos e passeios ou da criação de espaços verdes, entre outros. As intervenções devem trazer a qualidade de vida que as pessoas merecem e que aguardam há muito, e pôr fim à indefinição e ao limbo jurídico que durava há quase 50 anos. -----

----- Esta petição, apesar de abordar uma questão muito específica, remete para a matéria do movimento associativo. Nesse sentido, cabe também à Câmara Municipal de Lisboa ajudar as colectividades, nomeadamente em termos de apoio para tratar de

processos que são burocráticos e complexos, como forma de lhes facilitar a vida para que possam dar mais à cidade. -----

----- Não podemos ignorar que as colectividades passam por muitas dificuldades, até de organização, agravadas com a pandemia, e que isso muitas vezes pode fazer com que não tratem devida e atempadamente dos processos, o que ainda lhes vai causar mais complicações. -----

----- Claro que cada caso é um caso e essa apreciação deve ser feita. Tem de haver o cumprimento de regras, transparência e justiça na atribuição de apoios e, se houver alguma questão por esclarecer e resolver, deve ser esse o caminho, com todas as partes a procurar o entendimento possível para que o trabalho possa continuar e seja encontrada a melhor solução. -----

----- Neste caso concreto, o PEV entende que não deve ser descartada, à partida, a eventual atribuição de um espaço no bairro para que as duas colectividades possam ter instalações condignas e prosseguir com as suas actividades desportivas, recreativas e culturais no seio desta comunidade. Nesse sentido, acompanhamos as recomendações da Comissão que acabam por não fechar essa porta. -----

----- Por fim, o PEV sublinha que, no ano em que Lisboa é Capital Europeia do Desporto, é importante que as prioridades da Câmara Municipal de Lisboa nesta matéria passem por medidas concretas, que possam fazer a diferença nas colectividades que representam um espaço importante de intervenção local, ajudando a democratizar o acesso às actividades recreativas, culturais e desportivas. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhor Deputado, Ricardo Moreira do BE.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todas e a todos. -----

----- Antes de mais, queremos saudar os peticionários pela sua mobilização em prol do Centro Cultural e Desportivo. Na verdade, só quem não conhece a realidade do tecido associativo da cidade de Lisboa é que não entende as dificuldades que estas pequenas associações, os pequenos clubes desportivos enfrentam e a grande diferença que fazem no dia a dia da cidade.-----

----- E, de facto, é muito importante a obra de requalificação do Bairro de São João de Brito, foi uma obra que foi adiada durante várias décadas, mas nas requalificações que são feitas hoje em dia não se pode fazer a tábua rasa e tem que se ter muita atenção para não destruir os laços que existiam que, muitas vezes, como neste caso, são difíceis de encontrar e isso parece-nos que tem de ser de salvaguardar.-----

----- Assim, na verdade o Bloco acompanha a recomendação da 7ª Comissão, porque precisamente vai ao encontro destas preocupações, porque não se pode perder a

memória e o objetivo por muito que já não existe o espaço, mas que não se pode perder a memória e o objetivo desta associação cultural na história da cidade e isso deve ser feito agora e em todas as grandes requalificações da cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra Senhor Deputado, José Borges do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Borges (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, cumprimentar a Mesa, cumprimentar a senhora vereadora e todos os senhores e senhoras deputadas desta Assembleia Municipal, cumprimentar também os senhores peticionários aqui na presença do Senhor Fernando Santos.-----

----- Dizer que eu conheço, ao contrário do que disse e, aliás, a intervenção partiu dessa ideia é de que eu não conhecia o clube! Eu conheço muito bem o clube, aliás, quando tomei posse a primeira reunião oficial que fiz foi com a direção do clube ainda em 2018. E foi precisamente em 2018, uma vez que, como diz na petição, ao contrário do que disse aqui, mas está transcrito na petição. O clube e disse-o e eu, aliás, posso citar: “*Em 2018, recebemos uma carta por parte da CML a dizer que tínhamos que sair dali.*” E foi no seguimento dessa carta que receberam na Câmara Municipal de Lisboa que pediram reunião à Junta de Freguesia e eu recebi-os. E, desde logo, a Junta de Freguesia tentou juntamente com o clube encontraram um conjunto de soluções que, no que competia às competências próprias da Junta de Freguesia de Alvalade não passavam necessariamente pela manutenção do clube, com sede física no bairro, que no nosso entender, deve depender da vontade da Associação de Moradores e dos moradores e não temos a certeza que isso aconteça, mas também reconhecíamos que a atividade de um clube não deve depender da existência ou não existência de uma sede física.-----

----- E, portanto, aquilo que a Junta de freguesia fez em 2018, foi pedir ao clube que se inscrevesse no regulamento de apoio de atribuições de apoios financeiros da Junta de Freguesia de Alvalade, em que o clube não o fez, dizendo, na reunião que tivemos em 13 de abril deste ano, a mesma coisa. O clube devia escrever-se no regulamento de atribuições e apoios financeiros da Junta de Freguesia de Alvalade e pedir para instalar a sede do clube no Centro Cívico Edmundo Pedro, onde os clubes podem ter as suas sedes e a partir da qual podem desenvolver a atividade física, desportiva e cultural seja no território da Freguesia de Alvalade, seja no território do Bairro São João de Brito.-----

---- A verdade é que, ainda que nós tínhamos colocado à disposição e eu digo isto aqui reiterando essa predisposição da Junta de Freguesia de Alvalade em ajudar o Clube a passar a sede para o Centro Cívico Edmundo Pedro, ao mesmo tempo que ajuda o

clube a inscrever, aliás, conforme recomendação da 7ª Comissão, da qual eu faço parte, tendo eu próprio votado, favoravelmente a recomendação aqui em discussão, ajudando o clube a preencher todos os documentos que fossem necessários quer para o regulamento para poder receber apoios financeiros na Junta de Freguesia de Alvalade, quer para poderem passar a sede para o nosso Centro Cívico Edmundo Pedro, o que até ao momento, não aconteceu, mas eu reitero a disponibilidade da Junta de Freguesia de Alvalade para que isto aconteça.-----

----- Quanto mais, saudar a 7ª Comissão, porque são muito oportunas as recomendações que faz a este plenário e particular quando apela que se possam criar mecanismos de defesa e proteção das coletividades da cidade de Lisboa, em particular naquilo que diz respeito à burocracia que muitas vezes é necessária para que os clubes possam concorrer a apoios, e eu repito, a Junta de Freguesia de Alvalade desde 2018 que junto do clube tenta fazer esse esforço. E dizer também que é muito importante a recomendação da 7ª Comissão segundo a qual, é fundamental que os moradores em particular, os moradores representados através da Associação de Moradores possam dizer ou não, se concorda com a manutenção dos clubes, em particular deste clube no tecido do bairro.-----

----- Porque, como disse o Senhor Relator este direito de habitação, de coabitação com o bairro depende muito da predisposição do bairro para que o clube ali permaneça desenvolva a sua atividade, porque se não nós podemos ser levados a acreditar que há clubes que não servem o interesse enquanto coletividades dos moradores e dos locais onde se encontra.-----

----- Quanto mais para terminar, dizer aos senhores peticionários, a Junta de Freguesia de Alvalade desde 2018 e hoje e no futuro continuará disponível para encontrar uma solução para a sede do clube, convidando-vos a vir para o Centro Cívico Edmundo Pedro instalar a vossa sede a partir do qual possa desenvolver a vossa atividade, disse isto na reunião de abril, como disse isto em 2018 e convidar-vos também a fazer a inscrição no Regulamento de Apoios Financeiros da Junta de Freguesia de Alvalade, para que possam receber os apoios a Junta de Freguesia de Alvalade e se for necessário reunirmos as vezes que forem precisas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhores deputados não há mais ninguém inscrito.”-----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação 154/02 (7ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 154/02 (7ª CP)** foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Pedro Paulo Mendes, nesta votação)**.-----

----- 6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 395/CM/2021 - NOMEACÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA S) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NO ARTIGO 58º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;-----

----- (A Proposta 395/CM/2021 fica anexada à presente Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora à Proposta 395/CM/2021 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação. -----

----- Eu não tenho pedido nenhum de intervenção por parte da Câmara, portanto, peço à Virgínia que diga se há alguém escrito para o ponto Proposta 395/CM/2021? Não há ninguém inscrito.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 395/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 395/CM/2021** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- 7. APRECIACÃO DO PONTO 3 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 353/CM/2021 - AUMENTO DA DESPESA DECORRENTE DA MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO N.º 21IN000122 RELATIVO À “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA E ELETRÓNICA PARA INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LISBOA – GRUPOS B, E E F”, E A RESPECTIVA MINUTA DE ADENDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;-----

----- (A Proposta 353/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora à Proposta 353/CM/2021 - Aumento da despesa decorrente da modificação objetiva ao Contrato n.º 21IN000122 relativo à “Aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa – Grupos B, E e F”, têm os erros materiais que foram comunicados, a Câmara não manifestou vontade de intervir, há um parecer da 1ª Comissão, do Senhor Deputado Relator Fábio Sousa. -----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Fábio Sousa se pretende apresentar ou prescinde? Prescinde.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 353/CM/2021**. Votos contra do CDS-PP, PPM, abstenções do PSD, BE, PAN, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa, votos a favor do PS, PCP, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça e Teresa Craveiro. **A Proposta 353/CM/2021** foi aprovada por maioria.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Pedro Paulo Mendes nesta votação)**-----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:**-----

----- **No considerando XII:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “publicada no 4.º e 8.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1402”(…);-----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) “publicada nos 4.º e 8.º Suplementos ao Boletim Municipal n.º 1402”(…).-----

----- **No considerando XVIII:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “publicada no 4.º e 8.º Suplemento ao Boletim Municipal”(…);-----

----- **Deve constar:** - (...) “publicada nos 4.º e 8.º Suplementos ao Boletim Municipal”(…).-----

----- **No ponto 3 da parte deliberativa:**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “publicada no 4.º e 8.º Suplemento ao Boletim Municipal”(…);-----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) “publicada nos 4.º e 8.º Suplementos ao Boletim Municipal”(…).-----

----- **8. APRECIACÃO DA PROPOSTA 96/CM/2021 - PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE LISBOA (PMIML) 2020-2022, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA G (2 X GRELHA B - 2 HORAS);**-----

----- (A Proposta 96/CM//2021 fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----

----- (O **Parecer da 6ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação 154/03 (6ª CP)** fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar agora ao Ponto 8 da Ordem de trabalhos, Proposta 96/CM/2021 - Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa (PMIML) 2020-2022, há um Parecer da 6ª Comissão.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado David Amado se pretende apresentar o parecer?
Não pretende.-----

----- Portanto, peço à Senhora Deputada Virgínia Estorninho que dê a palavra a quem estiver inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, José Inácio Faria do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Caros colegas, Público presente.-----

----- Antes de iniciar a minha intervenção quero agradecer as palavras simpáticas que o município Pedro Henrique Aparício aqui nos trouxe agradecendo o trabalho de todos os Grupos Municipais durante o mandato que agora termina.-----

----- Senhor Presidente, gostaria de começar a minha intervenção informando que o Partido da Terra irá votar favoravelmente esta Proposta, por entendermos que numa cidade que, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, acolhe cerca de 16,7% do total da população estrangeira residente em Portugal, a implementação de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes se reveste de particular importância para colmatar o défice de conhecimento da diversidade cultural e para atenuar as dificuldades do exercício das diferentes formas de cidadania em Lisboa.-----

----- Aproveito para fazer um pequeno reparo à percentagem avançada pelo SEF que, no entendimento do Partido da Terra, está muito subestimada uma vez que estes números se referem apenas aos cidadãos efectivamente registados e que os dados dos censos de 2021 estão ainda em fase de contagem.-----

----- Ainda em relação ao Plano Municipal para a Integração de Migrantes, como se costuma dizer, não há bela sem senão, e por isso não podemos deixar de lamentar que o leque de representantes do movimento associativo de migrantes que integram o grupo de trabalho para a construção e implementação deste 3.º Plano Municipal não tenha sido alargado de modo a reflectir a heterogeneidade das comunidades de migrantes na Nossa Lisboa.-----

----- Facto é que neste Grupo de Trabalho apenas estão incluídos um representante da “Casa do Brasil” e um outro da “Girassol Solidário-Associação de Apoio aos Doentes evacuados de Cabo Verde”, permanecendo todas as restantes comunidades de migrantes sem estarem directamente representadas por um dos seus elementos.-----

----- Deste Plano gostaria de destacar, particularmente, a questão da inclusão habitacional dos grupos de migrantes mais vulneráveis e com poucos recursos, incluindo o Eixo Estratégico I intitulado “Acolhimento e Direitos”.-----

----- E isto porque, como todos sabemos, apesar das promessas deste Executivo, a verdade é que o valor das casas em Lisboa as torna proibitivas para os jovens portugueses da classe média, e tanto ou mais para um estrangeiro, já que, para além dos preços proibitivos, estes necessitam de uma autorização de residência válida por

dois anos para poderem celebrar um contrato de arrendamento e enfrentam até enormes dificuldades para conseguir um fiador. -----

----- Mas para além destes obstáculos, são também várias as denúncias de jornalistas e de organizações da sociedade civil que apontam para situações de discriminação e de xenofobia relacionadas com a origem, a etnia ou a cor de pele daqueles que apenas pretendem exercer o seu direito à habitação. -----

----- E por isso, caros colegas, não nos espanta que a habitação assuma o primeiro lugar destacado na lista das principais dificuldades de integração dos migrantes inquiridos!-----

----- Na página 26 deste Plano elencam-se ali os Programas de Habitação desenvolvidos pela Câmara Municipal de Lisboa, programas esses que já aqui nesta casa várias vezes denunciámos a sua baixíssima taxa de execução, e por isso gostaria agora de saber das candidaturas que obtiveram resposta quantas correspondem a pedidos de cidadãos estrangeiros com título de residência válido e o que está a ser feito para garantir habitação condigna àqueles que não possuem este título ou estão em processo de regularização. -----

----- Acresce a tudo isto que, e independentemente de votarmos favoravelmente esta proposta, consideramos que as duas medidas que constam da tabela-resumo na página 84 do Plano, que se referem à disponibilização de informação em vários idiomas sobre programas de habitação da cidade e à promoção de informação sobre direitos e deveres dos inquilinos, são manifestamente insuficientes e vagas! -----

----- A verdade é que acreditamos que não basta produzir informação sobre programas de habitação da cidade ou sobre direitos e deveres dos inquilinos, há-que, acima de tudo, criar as condições necessárias para que o público alvo possa efectivamente delas tomar o necessário conhecimento e o devido proveito. -----

----- Mas essa, infelizmente, não tem sido a prática corrente da maior Câmara Municipal do país, que é proprietária de um vasto património imobiliário, cuja dimensão e estado de conservação ninguém conhece ao certo, e que assiste impávida e serena aos relatos sobre as situações indignas e degradantes em que vivem os imigrantes que em Lisboa pagam entre 100 e 200 euros por uma cama ou por uma vaga numa pensão sem as mínimas condições ou dormem em beliches amontoados em prédios sobrelotados sem quaisquer condições de habitabilidade e salubridade, e que nada faz para contrariar essa situação de exclusão.-----

----- E assim, em claro contraste com o nome dado ao portal informativo para migrantes lançado pelo Executivo em Fevereiro passado, estes são verdadeiramente os casos em que “Lisboa NÃO acolhe” quem a escolheu para viver e trabalhar! -----

----- Por último, gostaria de referir que nos parece absolutamente essencial que, tal como consta do Parecer e da Recomendação 154/03 da 6.ª Comissão Permanente, sejam semestralmente monitorizadas por esta Assembleia todas as práticas decorrentes de cada um dos eixos deste Plano, incluindo as actividades e as componentes inscritas no Plano anterior que não foram executadas e que por isso transitaram para este. -----

----- Muito Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Caros colegas, Público presente.-----

----- Estamos perante uma proposta e um plano que deu entrada na Assembleia Municipal mesmo em fim de mandato, quando deveria ser um plano já em vigor há mais de um ano e meio.-----

----- É inegável que uma das maiores riquezas da cidade de Lisboa é a diversidade cultural, e é fundamental ter mecanismos e planos de ação que promovam o diálogo intercultural e o respeito pela diferença, nesta cidade que mais que inclusiva deve ser mesmo de todos.-----

----- Este é o terceiro plano municipal para a integração de migrantes, na prossecução de uma política de inclusão desde 2015, nomeadamente através das parcerias dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). Para se dar continuidade ao trabalho já feito, com o respectivo financiamento, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou nova candidatura ao Fundo para o Asilo, as Migrações e a Integração do Alto Comissariado para as Migrações (A.C.M.), merecendo a sua aprovação o plano agora em apreço.-----

----- Mas, constata-se que várias medidas do plano anterior não chegaram a ser implementadas, e isso é imperativo para que todos possam estar integrados, acolhidos e participar na vida cívica e política da cidade.-----

----- Sabemos dos constrangimentos decorrentes da pandemia, que também afectou fortemente algumas comunidades, que perante as dificuldades da língua, do acesso a informação clara e direccionada, se sentiram isoladas.-----

----- Este novo Plano Municipal para a integração de Migrantes de Lisboa 2020-2022, devidamente enquadrado no Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, aprovado em 2018 pela ONU, e no Plano Nacional elaborado para a sua implementação, visa complementar o Estado central na prossecução de vários objectivos:-----

----- Reduzir vulnerabilidades na migração;-----

----- Facilitar o acesso a serviços básicos aos migrantes;-----

----- Capacitar a sociedade a alcançar uma inclusão e coesão social plenas;-----

----- Em suma, trata-se de cumprir direitos humanos básicos, pelo que o PAN acompanha esta proposta.-----

----- Obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----
----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Diogo Moura do CDS-PP.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Secretário, boa tarde a todos novamente. -----
----- Nas últimas décadas, Portugal e consequentemente Lisboa tornaram-se um destino para muitos emigrantes e mais recentemente para alguns refugiados. -----
----- Para tal, foi necessário construir estratégias nacionais e locais, que permitiram conhecer e integrar quem escolhe o nosso país para trabalhar, viver e construir uma família. É nessa perspetiva humanista que nos situamos quando queremos construir políticas públicas pelo que saudamos a existência de um Plano Municipal para Integração de Imigrantes definido pelo Município de Lisboa e enquadrado pelo Plano Global para as Migrações seguras da ONU. -----
----- É um plano equilibrado, que pugna pela integração e alerta para os riscos a discriminação basear-se em múltiplos fatores, embora revele timidez em abordar a discriminação de minorias sexuais e da própria condição feminina no seio de comunidades organizadas de emigrantes que preservam estas práticas importadas das suas regiões de origem. -----
----- Também importa dizer que este plano que nos foi apresentado há pouco tempo à Assembleia Municipal e que foi remetido à 6ª Comissão diz respeito ao período de 2020 e 2022 e não nos parece embora concordemos e iremos votar favoravelmente este plano, que planos que tem uma vigência iniciar em 2020 sejam apenas discutidos em 2021 a poucos meses do término do mandato e com prazo limite de 2022 não faz qualquer sentido se queremos mesmo cumprir essas metas. -----
----- Da mesma forma e como já foi aqui dito pelo deputado que me antecedeu há várias matérias, há várias medidas, há várias ações previstas no plano de 2018 - 2020 que não foram cumpridas e, portanto, importa que não só se reforce a implementação e execução dessas medidas como também de todas aquelas que estão previstas neste plano e, portanto, parece-me extremamente importante. -----
----- Da mesma forma e acompanhando as recomendações da Comissão e da qual fui Deputado Relator desta proposta, dizer também que é importante que esta Assembleia Municipal tenha mecanismos de monitorização e de acompanhamento daquilo que é a execução deste plano. -----
----- Ou seja, parece-nos a nós que a Assembleia Municipal não se pode limitar apenas a aprovar planos e depois não tenha mecanismos de monitorização e é por isso que também se recomenda que, de 6 em 6 meses ou num período que seja definido que esta Assembleia Municipal possa receber relatórios parcelares sobre aquilo que é execução destas medidas e para que não tenhamos que chegar a um ponto que acho que nem o executivo quer, nem oposição quer, de que olhamos agora para o plano do período anterior e vejamos que há medidas e medidas que são importantes para integração destas pessoas seja efetivamente implementadas. -----

----- Porque também sabemos que houve vários problemas com a integração de migrantes e refugiados e sabemos que Lisboa deve ser a cidade acolhimento, aliás, a Câmara afirma que Lisboa é a cidade o acolhimento, mas tem que o ser na prática não pode ser só nas palavras e nas intenções tem que ser também nos atos e é isso que falta para que possamos cumprir não só aquilo que ficou mais uma vez, peço que está a repetir, mas que é importante frisar que não podemos deixar de cumprir aquilo que foi previsto no plano anterior, no biénio anterior, mas que também seja executado agora para que possamos também cumprir este plano que a sua vigência já termina em 2022. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Margarida Morais do PS.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Morais (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais. -----

----- A Proposta 96/2021 é o resultado da continuidade de um plano que, desde 2015 tem vindo a ser aprimorados e tem sido ano após ano um passo aprimorado na posição certa. -----

----- Dívida à semelhança dos planos anteriores em três eixos fundamentais, acolhimento e direitos, integração e participação interculturalidade. Este plano afirmam os direitos humanos e sociais como motor da cidadania e consequentemente, uma sociedade livre, aberta, inclusiva e, acima de tudo tolerante. Mas não basta acolher temos de também integrar e citando o Papa Francisco: “*Nós seres humanos, nós somos meros beneficiários, as demais criaturas, mas sim, guardiões delas*”.-----

----- Muito se fala hoje em dia direito humanos, do não à emigração do direito à igualdade nunca foram tão debatido pela opinião pública como são hoje. Há quem faça interpretações grosseiras e restritivas do que se considera ou não direito humano e que encara com alguma naturalidade e de forma quase assustadora que estes possam ser violados e ilimitados! Quase nos habituámos a que estas violações fizessem parte do nosso dia a dia! -----

----- Lisboa é uma cidade aberta ao mundo e o mais curioso é que sempre assim foi, fechar as portas da cidade é mais do que esquecer a história, é mais do que a ignorar é pura e simplesmente desrespeitá-la.-----

----- Acolher diferentes culturas, diferentes etnias, diferentes religiões, faz parte da cidade de Lisboa pelos diferentes papéis que a cidade desempenhou ao longo da história de Portugal e do mundo. Mas mais do que o acolher e esse sim é o seu verdadeiro património genético é conviver.-----

----- O convívio multicultural é uma matriz verdadeiramente identitária da nossa cidade. É esse cunho de diversidade, é esse convívio multicultural que nasce também na relação dialética entre a tradição e urbano, que faz da nossa cidade que é hoje, que faz a nossa cidade de Lisboa. -----

----- Mas há quem ainda critique e renega esta matriz, veja-se este exemplo, critica se agora a presença de uma certa comunidade muçulmana em Santa Maria Maior em concreto na Mouraria. Pois bem não é preciso ser especialista em toponímia, nem tão pouco a etnologia para entender o contrassenso dessa crítica, é um contrassenso desmentido há mais de 800 anos. -----

----- É nossa missão manter este legado e continuar a ter estes cidadãos da melhor forma possível e nesse processo, o nosso contributo como disse anteriormente, não é só acolher, mas também integrar e aceitar a diversidade cultural e religiosa. -----

----- O *melting pot* de etnias que enriquece e faz parte do ADN da nossa cidade! -----

----- Claro que tudo isto não se concretiza sozinho, inúmeras associações assumem um papel fundamental na concretização deste plano na concretização de Lisboa como esta cidade multicultural, só assim, só envolvendo um grande número de instituições e conseguimos levar a bom porto, o nosso objetivo. -----

----- Quero aproveitar esta , para em meu nome e em nome da bancada do Partido Socialista agradecer a todos os que contribuem para fazer sair do papel este plano e torna-lo realidade, fazendo assim a diferença na vida das pessoas que deles dependem, o nosso muito obrigada! -----

----- Mais importante do que foi feito é o que ainda falta fazer e o problema da migração não é apenas uma questão de procura de melhores condições de trabalho ou fuga de ditadura que castraram gerações inteiras, são situações muitas vezes graves de violação dos direitos humanos e são essas pessoas que procuram e que encontram em Lisboa, um lar, uma casa. Não é uma tarefa fácil, mas uma maratona que começa sempre com o primeiro passo e como em qualquer prova de longo curso a resiliência é a qualidade que garante alcançar o sucesso. -----

----- A migração é uma realidade internacional e a violação dos direitos humanos é uma situação à qual não podemos ficar alheios pela gravidade que representa, não a podemos jamais aceitar, temos de combater e de criar mecanismos que minimizem os seus efeitos e as suas consequências, este plano é, sem dúvida, um deles! -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente, senhores secretários, senhores vereadores e senhores deputados. -----

----- Sobre esta proposta relativa ao Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2020-2022 é de salientar que o nível local tem um papel muito importante nesta integração, não se devendo descurar uma melhoria na cooperação entre diferentes níveis de governância (nacional, regional e local).-----

----- Este é o terceiro plano da CML sobre esta matéria e o PEV valoriza a sua existência, principalmente quando o número de municípios que dispõem destes plano é ainda muito reduzido. -----

----- Este instrumento, devidamente aplicado, é importante para eliminar obstáculos, para articular as diversas áreas e para termos uma cidade mais inclusiva. -----

----- Como todos os outros planos, só será eficaz se houver meios para concretizar aquilo a que se propõe. Podemos dar o exemplo dos mediadores, assunto que tem motivado alguma perguntas por parte do PEV.-----

----- A mediação intercultural é essencial na integração das comunidades migrantes, pois promove o diálogo intercultural, a coesão social e a melhoria da qualidade de vida. Logo, deve haver mediadores nos vários serviços, nomeadamente nos cuidados de saúde e nas escolas. -----

----- É de salientar que o Plano de 2015-2017 previa a criação de uma bolsa de mediadores comunitários transversais às áreas desse plano, cuja meta apontava para 24 mediadores sob responsabilidade da CML, das Juntas de Freguesias e do Alto Comissariado para as Migrações. Por seu turno, o Plano seguinte, que compreendia o período de 2018 a 2020, evidenciava a falta de mediadores socioculturais a actuar nos territórios. -----

----- Ao aprovarmos o terceiro Plano, importa saber o número de mediadores municipais interculturais existentes no concelho de Lisboa, em que áreas estão colocados e qual o ponto de situação das acções de formação que, segundo sabemos, estavam em fase de preparação há dois anos e quais os desenvolvimentos relativamente à criação de um grupo de consultores/mediadores interculturais de diversas origens para apoiar os profissionais de saúde, tal como previa um dos eixos do plano anterior. -----

----- Importa também saber qual o trabalho feito relativamente às recomendações da 6ª Comissão aprovadas nesta Assembleia em Julho de 2018, a propósito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2018-2020, nomeadamente no que diz respeito à criação de um arquivo e divulgação do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal em matéria de migrações e à criação de um espaço/museu das migrações e da interculturalidade.-----

----- Sabemos que o plano anterior sofreu algumas limitações por causa da pandemia, e este plano já vem com um ano de atraso, mas a própria pandemia também trouxe mais dificuldades à população migrante que tem estado mais vulnerável, e não deixa de nos preocupar a taxa do que não foi executado, mais de 30%, e as medidas que não foram concretizadas.-----

----- A questão da habitação merece uma maior atenção, pois na auscultação às pessoas migrantes é a área mais identificada como dificuldade no processo de

integração em Lisboa, com 71,2%. São várias as barreiras a transpor, até em relação ao acesso aos programas municipais. -----

----- Há outras áreas que merecem especial atenção como o ensino da língua, o acesso à saúde, a participação plena dos cidadãos, pois só com uma intervenção em todas as áreas haverá uma integração completa e eficaz.-----

----- Queremos também referir um aspecto que nos suscitou algumas reservas que é o facto de a monitorização e a elaboração do relatório final de implementação serem executadas por uma entidade externa. Gostaríamos de saber qual a razão para não ser a CML a fazer esses procedimentos.-----

----- Por fim, realçar que, perante os desafios que vivemos hoje, e sabemos bem que há sempre quem se queira aproveitar dos tempos de crise, impõe-se um combate sério a discursos e práticas xenófobas e racistas nos diversos contextos e sob qualquer forma. Nesse sentido, o município de Lisboa deve aprofundar políticas que promovam e potenciem a integração dos migrantes e este plano, devidamente aplicado, é um importante contributo e, por essa razão, o PEV acompanha o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2020-2022 e as recomendações do parecer da 6ª Comissão.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Ana Mateus do PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente senhores secretários, senhora vereadora, senhores deputados restante público.-----

----- Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes são documentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações a nível local e, que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.-----

----- Por isso, importa aprofundar a construção de níveis superiores de integração, assentes no trabalho conjunto e devidamente articulado entre todos os atores, essencial para a definição de estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades na área das migrações, tendo em vista, uma mudança social e promovendo um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.-----

----- Considerando a natureza dos Planos e os tempos necessários à implementação das políticas definidas e consubstanciadas nas mais diversas medidas de cada área de intervenção, os PM devem ser concebidos para serem implementados por períodos razoáveis. O Plano que estamos hoje a aprovar remonta a uma data posterior à sua entrada em vigor, o que não sendo curial, deve ser evitado em situações futuras.-----

----- Só assim é possível tornar mais efetivas e eficazes as políticas de acolhimento e integração das pessoas migrantes e de promoção da interculturalidade, alicerçada numa visão de cidade mais igualitária e solidária, comprometida com o combate à pobreza, às exclusões socio-territoriais e às discriminações racistas e outras, numa lógica de subsidiariedade e de parceria com os atores locais. -----

----- Portugal vai receber mais de 167 milhões de euros de apoio europeu para as áreas de asilo e migração para o período de 2021-2027. O Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, contribui para uma gestão eficaz dos fluxos migratórios e para a definição de uma abordagem comum em matéria de asilo e migração.-----

----- Este financiamento apoia os esforços dos Estados-Membros para promover as suas capacidades de acolhimento, melhorar a qualidade dos procedimentos de acordo com as normas da União e a integração a nível local e regional. -----

----- Neste âmbito, aspiramos a que o Município de Lisboa cumpra o Plano Municipal para Migrantes e desenvolva programas que contribuam de forma eficaz para a construção e consolidação de uma cidade mais igualitária, justa e solidária. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Teresa Craveiro, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente senhores secretários, senhora vereadora, senhores deputados restante público.-----

----- Hoje estamos aqui a aprovar o terceiro Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Lisboa 2020/2022, com algum atraso que já foi referido, no entanto, um processo iniciado em 2015 e que deu origem ao Conselho Municipal para a Imigração e Cidadania.-----

----- Dá-vos nota que foi trabalhado com vários parceiros e relevamos aqui algumas medidas que nos parecem importantes. As medidas 9 ligadas à questão da tradução para o pré-escolar e escolar, essa preocupação de incluir esta população e uma medida que é a 16, no fundo, ligado, àqueles que são os evacuados médicos que não remeter apenas pelo funcionamento da Administração Central com os PALOPS, mas também ser acompanhado e, também, toda a tradução ligada vários momentos, de Orçamento Participativo, da Assembleia ou outros momentos em que se possa envolver esta população.-----

----- Esta população que vem viver e trabalhar e que vai rejuvenescer a cidade.-----

----- Nós verificamos que nos índices natalidade da cidade de Lisboa é esta população que está a contribuir para este mesmo rejuvenescimento, numa cidade que queremos que inclua e que queremos que o multiculturalismo passe para a interculturalidade ou seja, caminharmos por uma coesão e uma sonoridade.-----

----- Estamos de acordo com as recomendações da 6ª Comissão e relevamos a importância do Ponto 4. Temos momento em que identificámos, com certeza, os vários pelouros momentos ligados à pandemia com as más condições de habitabilidade ou até de doença e que pode neste momento, levar-nos a trabalharmos para uma melhoria das condições de habitabilidade que não basta, à medida, 6, 7 que identifica os programas, os deveres e os direitos dos inquilinos, mas que efetivamente com o PRR, com a Bazuca, podemos trabalhar para melhorar estas condições de habitabilidade e as assimetrias que esta população tem. -----

----- Portanto, deixávamos aqui este repto, de facto, de este plano ainda nestes 2 anos, ter uma identificação e um diagnóstico com as juntas de freguesia ligadas a estas populações e no próximo mandato trabalhar-se 4 anos no Plano com planos de ação de 2 em 2 anos, não é possível fazer planeamento continuado em permanência de 2 em 2 anos, é preciso é fazer planos de ação de 2 em 2, com um Plano de 4 em 4 e com a respetiva avaliação e monitorização.-----

----- Deixávamos esse repto de mudança dos tempos, porque efetivamente podíamos então ver mais concretização das medidas que estão aqui estabelecidas. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada, Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.-----

----- Queríamos obviamente, também saudar a discussão e a votação teremos aqui hoje sobre este Plano Municipal, que é já o terceiro plano nesta área do município, dá continuidade a uma intervenção que está pensada basicamente entre em 3 eixos, o acolhimento e os direitos, a integração e a participação, e a interculturalidade e é importante, também, queremos nós assinalar que este plano tal como nos outros foi construído forma partilhada com o movimento associativo imigrante, através do grupo de trabalho, mas também e é de assinalar que houve recolha de contributos diretamente de pessoas migrantes o que é sempre de saudar que estes processos sejam participativo, é importante que, assim sejam.-----

----- E, apesar de pensar também em contexto pandémico tem aqui vertentes muito relevantes para esta comunidade, ele acaba por ir mais longe do que isso. Foca também a melhoria de serviços públicos, tenta responder obstáculos, há muitos sentidos como a questão da barreira linguística, as questões de regularização de processos administrativos ou o acesso, por exemplo, a serviços como o Serviço Nacional de Saúde e, portanto, desse ponto de vista, achamos que é um plano que, apesar de ser um novo plano da continuidade daquilo que vinha a ser feito anteriormente e, portanto, a profunda exatamente esse mesmo trabalho. -----

----- Apontar também e assinalar que, relativamente às recomendações que genericamente acompanhamos também é importante referir que este próprio plano tem que haver um reporte anual, neste caso ao Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania e, portanto, é importante que esta informação quando a passada e destes reportes quando são feitos sejam coerentes, também, do ponto de vista temporal.-----

----- E que lhe dizer também que o Portal Lisboa Acolhe, que está já a ter uma proposta a ser preparada e finalizada, foi desenvolvido também pela Casa do Brasil e, portanto, havendo aqui várias matérias onde sabemos que nestas questões de combate ao racismo, combate à discriminação e de aprofundamento da integração de migrantes o caminho feito tem sido muito importante, nós sabemos sempre que estamos longe ainda de atingirmos uma sociedade que não tenha essas discriminações e, portanto, é sempre de saudar que possamos aprofundar sempre esse caminho através destes planos, mas, acima de tudo da sua concretização, que é aquilo que tem sido feito e que é relevante.-----

----- Obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Rui Costa com tempos também cedidos pelo Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e Raul Santos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Vereador Manuel Grilo que representa a Câmara para esta instância, senhoras e senhores deputados.-----

----- Disse em primeiro lugar que me a receção de migrantes está no ADN da nossa civilização por mais que alguns pretensos tradicionalistas queiram dizer o contrário. Assim é desde o velho costume da hospitalidade pré-romana na Península Ibérica, passando pelo conceito do “Homo Viator” que Santo Agostinho nos falava e mais tarde Francisco Soares e a Escola Humanista Espanhola, até à nossa Constituição no artigo 15º, que faz a equiparação dos estrangeiros aos nacionais com algumas exceções. E este plano não é novidade, digamos assim, porque é a concretização de um direito constitucional e de um valor civilizacional.-----

----- Nessa medida, escuso-me a saudar a sua apresentação. Entendo que não é mais do que aquilo que é devido, mas tecer algumas notas a propósito do mesmo;-----

----- Em primeiro lugar, é o primeiro plano que é apresentado já muito depois do prazo e da sua nota justificativa, da na sua exposição de motivos nada consta relevante a este propósito e tanto mais lamentável é, quanto esta é uma questão sensível para quem assumiu a responsabilidade deste pelouro. Aliás, tenderia a desculpar isto quase como graça - se é que graça, se é que se pode fazer estas coisas - com uma espécie

de aplicação da teoria da revolução permanente de *Trotsky* à execução do plano de integração de migrantes. -----

----- E tanto mais grave que isto é, quando durante esta pandemia e, aliás, o próprio plano tem esta vantagem em 2020 a 2022 e tem uma previsão já das medidas em pandemia, quando, na pandemia independentemente das responsabilidades do Município de Lisboa sobre o alojamento de cidadãos migrantes em condições precárias, designadamente aqueles que aguardavam decisões judiciais, tivemos surtos de COVID-19 em instalações onde eles estavam. -----

----- E aqui permitam-me que faça justiça, alguém que não está politicamente entre nós, neste quadro, que foi ao Vereador Carlos Castro, que teve uma presença efetiva quando essas circunstâncias se deram.-----

----- De resto o plano, enfim, é o plano possível, gostaria de ter visto, por exemplo, porque há migrantes de vários géneros, apesar da distinção de classe. Também a migrantes que vieram menos expostos, é certo, e menos credores de preocupações sociais, mas também ao tipo de migrantes que vieram para Lisboa, migrantes fiscais, por exemplo. -----

----- E é necessário garantir a todas e a todos os migrantes condições do exercício dos seus direitos de cidadania, pese embora não serem cidadãos nacionais têm também direitos de cidadania - já terminarei, já concluirei - nos termos da nossa Constituição, diz o artigo 15º, e designadamente alguns até de recenseamento eleitoral e participação nas eleições autárquicas que se avizinha. -----

----- Terminar com uma referência de algum espanto. Eu mesmo que sendo centro-esquerda sua pessoa mais assumidamente conservadora, não me atreveria a usar a expressão “mercado de trabalho”, nunca gostei dogmaticamente dela, mas ainda assim, saúdo o Bloco de Esquerda pela grande abertura ideológica que teve, de facto, na apresentação deste plano e na introdução de expressão “mercado de trabalho”, aliás, o próprio *Marx* andarão arrancar alguns dos longos pêlos da barba branca se soubesse que porventura alguém que reivindicava a sua herança escreveria uma coisa destas, mas, enfim, somos uma sociedade inclusiva e que temos, de facto, de nos reger por outro tipo de critérios evitamos nomes, no entanto, votarei naturalmente a favor deste plano, esperando que o próximo venha para o ano à presença desta Assembleia com a minha presença ou sem ela! -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Grilo.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, senhor secretário. -----

----- Eu vou abster-me de comentar aqui alguns comentários do Senhor Municipal Rui Costa, meu querido amigo, valeria a pena talvez noutra local e noutra contexto trocarmos algumas ideias, mas, enfim, não é este o momento! -----

----- Para dizer que este Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2020-2022 teve naturalmente problemas relacionados com a pandemia. O anterior plano terminou sua vigência em Agosto de 2020, no entanto, sete medidas tiveram uma prorrogação de mais 6 meses, terminando em fevereiro 2021, como os senhores deputados municipais, certamente saberão; -----

----- a medida 1 - Disponibilizar o Guia Lisboa Migrante que apoia o acolhimento e integração de migrantes; -----

----- A medida 2 - de produzir recursos audiovisuais para apoiar o acolhimento e integração de migrantes e estas 2 medidas deram, aliás, origem ao Portal Lisboa Acolhe, desenvolvido pela Casa do Brasil e acompanhado, naturalmente pela Câmara Municipal de Lisboa, e trata-se de uma ferramenta *online* onde estão disponíveis diversas áreas, temas, como a entrada, a permanência e residência em Portugal e informações sobre habitação, saúde, educação, mídia, opinião pública, relações internacionais, cidadania, participação, religião, entre outros, com o objetivo claro de apoio aos migrantes na sua integração. -----

----- A medida 13 – realizar roteiros locais para a introdução linguagem funcional e reforço de conhecimentos recursos locais e é uma medida que está a ser desenvolvida pelo MOVEA - Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte. -

----- Criar um grupo de consultores mediadores interculturais de diversas origens que apoiem a compreensão por parte dos profissionais de saúde, das especificidades, hábitos e práticas culturais da população migrante. -----

----- A medida 19 - promover sessões de capacitação dos profissionais dos cuidados de saúde, para melhor lidarem com as especificidades culturais de saúde dos migrantes. -----

----- A medida 32 – criar um Gabinete de Recursos Comunicacionais e Coaching para o terceiro setor da cidade de Lisboa, medida que, aliás, está em desenvolvimento pela *Cult phase* até fevereiro de 2021 e apoiar a realização da Festa da Diversidade na Medida 55, festa esta que não foi possível realizar tendo em conta o contexto de pandemia. -----

----- E, portanto, há todo um relatório de execução que do anterior Plano Municipal serve de base à construção deste Plano Municipal para Integração, para este terceiro plano 2020-2022. -----

----- O Plano Municipal, como sabem que tem, naturalmente com base e sustentação candidaturas ao Fundo de apoio à integração de migrantes de Lisboa, o FAMI e foi, naturalmente submetido este mesmo plano, preliminarmente ao Auto Comissariado para as Migrações e para o Conselho Municipal para a Interculturalidade. -----

----- Foi um plano também ele realizado com consulta a todas as associações do setor a partir de um grupo de trabalho onde estavam sim, dois representantes de duas associações que foram eleitos para tal e que constituíram um grupo de trabalho que teve um trabalho, um diálogo com as restantes associações e como os migrantes até

individualmente considerados, que eu creio que foi fundamental para o desenho deste terceiro Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2020-2022 e para já é só. -----

----- Muito obrigado, Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Vereador. -----

----- Está concluído o debate.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 96/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 96/CM/2021** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação)** -----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação 154/03 (6ª CP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 154/03 (6ª CP)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho nesta votação)** -----

----- **9. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS; 2 X GRELHA BASE – 1 HORA E 15 MINUTOS:** -----

----- **9.1. APRECIACÃO DA PROPOSTA 401/CM/2021 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA, RESPETIVA AFETACÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, E NO ARTIGO 116.º E SEGUINTE, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL;** -----

----- **9.2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 402/CM/2021 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS, RESPETIVA AFETACÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO E AUTORIZACÃO PRÉVIA DA REPROGRAMACÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 23.º, NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO** -----

ARTIGO 25.º, E NO ARTIGO 116.º E SEQUINTE, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL; -----

9.3. Apreciação da Proposta 403/CM/2021 - Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Parque das Nações, respetiva afetação de recursos financeiros, aprovação da minuta de contrato e autorização prévia da reprogramação da assunção do compromisso, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 23.º, na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, e no artigo 116.º e seguintes, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; -----

9.4. Apreciação da Proposta 404/CM/2021 - Celebração de Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e Freguesias do Concelho, respetiva afetação de recursos financeiros, aprovação da minuta de contrato e assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2020 e 2021, no âmbito do desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular, para o ano letivo 2021/2022, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto no artigo 23.º, na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, e no artigo 116.º e seguintes, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; -----

----- (A Proposta 401/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta 402/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- (A Proposta 403/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 404/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora ao Ponto 9 da Ordem de trabalhos, que tem aqui várias alíneas; é o 9.1 Proposta 401/CM/202, depois a 9.2 que é a Proposta 402/CM/2021 e além disso o 9.3 que é a Proposta 403/CM/2021 e o 9.4 -Proposta 404/CM/2021. -----

----- Há um relatório, que é o Relator o Senhor Deputado Manuel Lage, que prescindia de apresentação, a Câmara também não se inscreveu para apresentar as propostas.-----

----- Portanto, vamos começar a discussão em conjunto com os inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Ricardo Marques.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Ricardo Marques (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, caríssimos colegas, também uma forma muito sucinta, para não arrastar os trabalhos só clarificado em que consiste esta proposta e aquilo que foi, de facto, os serviços que foram executados em Benfica durante a pandemia, como muitas outras Juntas da cidade e que também continuam muitos deles ainda a manter-se.-----

----- Portanto, este apoio a quem muito agradecemos à autarquia vem, de facto, em contra aquilo que foi duas ou três áreas de trabalhos muitas específicos que foram criadas na Freguesia de Benfica. Uma ligada à saúde mental e o apoio aos idosos em isolamento, portanto, em que foram criados um serviço de *call center* de apoio aos idosos isolados e aos idosos com recolhimento devido à questão da Covid e, portanto, com telefonemas diários, foi criado um *call center* que fez mais de 11.700 consultas de Psicologia, a mais de 1200 utentes ao longo deste longuíssimo ano e meio da nossa existência. -----

----- E foi criado um apoio e um Gabinete de Apoio à Vítima Doméstica, neste momento já com 102 vítimas identificadas em articulação com o PSP e outras estruturas locais para lhes dar apoio. Muitas delas, - isto é que é um facto negativo - em que se sentiu um aumento de casos registados de vítimas aqui no território de Benfica relacionado com a pandemia e com o isolamento delas como os próprios agressores. -----

----- O *cal center* que vos falei há bocado abrange, neste momento 5.000 utentes, mas no pico da pandemia abrangia semanalmente 8.000 utentes, aos quais fazia telefonemas, aos quais se fazia vários tipo de apoios, os quais faziam levantamento das suas necessidades desde medicamentos a entregas de refeições, entregas de bens alimentares para confeção e, portanto, foi esse o pico e representa mais de 4.111 entregas de medicamentos e mais de 32.000 entregas de refeições, entre outros os serviços que este *call center* que foi criado, foi fazendo e continua a fazer, felizmente hoje com um número mais inferior de utentes apoiados. -----

----- Foi criado um Gabinete de Empregabilidade, outra questão que sentimos aqui em Benfica e que penso que também tenha sido com paralelo no resto da cidade, foi a deterioração económica de muitas famílias devido à pandemia, muitas delas ligadas à economia informal, trabalhavam ou nas obras ou trabalhavam em situações à jorna, ao dia, recebiam ao trabalho que faziam ao dia. Havia muita gente ligada à estética e

ficaram completamente despojados aqui neste processo da pandemia, muita gente ligada à restauração, ligada acima daquilo àquilo que é o serviço de mesa e, portanto, ficaram completamente desprotegidos e temos neste momento e acompanhamos neste momento 523 desempregados, mas também se chegamos a 2.600, que fomos apoiando ao longo da pandemia.-----

----- Foi criado um Gabinete de Apoio ao Tecido Associativo Local, portanto, que neste momento tem 50 entidades que temos vindo apoiar em diversas candidaturas com mais de 23 candidaturas executadas até agora e que representa mais de 2 milhões 800 mil euros de apoios aprovados e trazidos para o território neste ano e meio para apoiar estas associações, portanto, este Gabinete também foi uma readaptação de alguns serviços que faziam várias coisas várias e nas quais criamos para prestar este apoio ao tecido associativo local e ao tecido empregador local.-----

----- Por fim, foi criada aqui SAFE - Serviço de Apoio a Família e Estudante, que apoiou 322 alunos com entrega de computadores, de tablet, com muitas freguesias fizeram, com o acompanhamento das AECS todas *online*, nós não interrompemos o funcionamento das AECS nem a componente de apoio à família, as AECS foi mais expressivo, porque não tivemos as aulas e, portanto, as CAF's com atividade lúdico didáticas, portanto, não fechou em nenhuma altura da pandemia.-----

----- Fizemos o pagamento integral a todos os professores, monitores de CAF e já agora, uma palavra ao Vereador Manuel Grilo, de facto, foi um parceiro inextinguível neste combate da pandemia e no apoio que deu às juntas de freguesia e, portanto, ainda hoje recebemos mais uma boa nova, do apoio integral naquilo que se prendeu com o programa de apoio à família e de enriquecimento curricular por parte do município, Senhor Vereador, sei que está aqui um agradecimento especial por este esforço e por compreender a importância de ter mantido vivos estes projetos.-----

----- Por fim, lançamos projetos mais lúdicos, mais sazonais entre deles o Banco à Porta, em que um conjunto funcionários da junta com voluntários acompanham neste momento mais de 300 idosos, que no pico da pandemia foram 900, na prática os voluntários sentam-se à porta dos idosos com alguma distância, fazem-lhes companhia, dialogam, fazem também a recolher aquilo que são as suas necessidades alimentares e medicamentos.-----

----- E também tivemos aqui o MAS - Memória Ativa Sénior, um projeto que a junta já tinha em regime presencial e adaptamo-lo a regime *online*, portanto, digital que é o projeto premiado pela Universidade Católica que previne a demência, que faz um conjunto de trabalhos na prevenção de situações de abandono, de deterioração mobilidade, deterioração psíquica e, portanto, no qual foram apoiados mais de 2.800 seniores e que envolveu doze técnicos, tablet, PC, capacetes de realidade virtual, bem, um conjunto de investimento e, portanto, é soma destes investimentos que refletem este CDC de apoio à Junta Freguesia de Benfica e, portanto, eu achei que era importante explicar-vos em que é que consistia o mesmo.-----

----- Obrigado a todos, obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----
----- Não temos mais nenhum deputado inscrito.-----
----- Não sei se a Câmara pretende intervir? Não sinalizou.” -----
----- Vamos passar à votação **da Proposta 401/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, BE, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 401/CM/2021** foi aprovada por **maioria**.-----
----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar e Miguel Graça nesta votação)-----
----- Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:-----
----- **Na Proposta:**-----
----- **No considerando 4:**-----
----- **Onde consta:**-----
----- (...) “*competências nos seus órgãos, nos termos*”(…);-----
----- **Deve constar:**-----
----- (...) “*competências nos órgãos das freguesias, nos termos*”(…).-----
----- **No último parágrafo da proposta:**-----
----- **Onde consta:**-----
----- (...) “*Ação do Plano E4.P003. (43665)*.”(…);-----
----- **Deve constar:**-----
----- (...) “*Ação do Plano E4.P003. (43665_RP)*.”(…).-----
----- **Na Minuta de Contrato:**-----
----- **No considerando 4:**-----
----- **Onde consta:**-----
----- (...) “*competências nos seus órgãos, nos termos*”(…);-----
----- **Deve constar:**-----
----- (...) “*competências nos órgãos das freguesias, nos termos*”(…).-----
----- **Na cláusula 6ª:**-----
----- **Onde consta:** (...) “*2 - O Município de Lisboa*”(…);-----
----- **Deve constar:**-----
----- (...) “*3 - O Município de Lisboa*”(…).-----
----- **Devendo os restantes números serem reenumerados.**-----
----- Vamos passar à votação **da Proposta 402/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PAN, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, José Alberto Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 402/CM/2021** foi aprovada por **maioria**.-----
----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar e Miguel Graça nesta votação)-----
----- Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:-----

----- **No último parágrafo do ponto 2 da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) “E4.P003. (43665)” -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) “E4.P003. (43665_RP)” -----
----- **Na minuta de contrato:** -----
----- **Na Cláusula 1ª:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) “Cláusula 1.ª do CDC n.º 3/UCT/DRJF/2019, celebrado em 11/04/2019”
----- (...);-----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) “Cláusula 1.ª do CDC n.º 5/UCT/DRJF/2019, celebrado em
09/05/2019”(…);-----
----- Vamos passar à votação **da Proposta 403/CM/2021**. Não há votos contra,
abstenções do CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM, votos a favor do PS, PSD, BE,
Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto
Franco, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos,
Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 403/CM/2021**
foi aprovada por **maioria**.-----
----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Miguel Graça nesta
votação)**-----
----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:**-----
----- **Na Proposta:** -----
----- **No último parágrafo do ponto 2 da parte deliberativa:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) “, Ação do Plano E4.P003. (43665).”(…); -----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) “, Ação do Plano E4.P003. (43665_RP).”(…); -----
----- **Na minuta do contrato:** -----
----- **Na Cláusula 1ª:** -----
----- **Onde consta:** -----
----- (...) “Constante da Cláusula 1.ª do CDC n-º 3/UCT/DRJF/2019, celebrado em
11/04/2019”(…);-----
----- **Deve constar:** -----
----- (...) “Constante da Cláusula 1.ª do CDC n-º 18/UCT/DRJF/2019, celebrado em
30/04/2019”(…);-----
----- Vamos passar à votação **da Proposta 404/CM/2021**. Não há votos contra, nem
abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM,
Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, José Alberto Franco,
Miguel Gaspar, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos,
Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 404/CM/2021**
foi aprovada por **unanimidade**.-----
----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar nesta votação)**-----

----- Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos: -----
----- No ponto II, alínea O: -----
----- Onde consta: -----
----- (...) “alínea k) do artigo 25.º”(…); -----
----- Deve constar: -----
----- (...) “alínea k) do nº 1 do artigo 25.º”(…). -----
----- No ponto 3 da parte deliberativa: -----
----- Onde consta: -----
----- (...) “1.032.150,00 € para os”(…); -----
----- Deve constar: -----
----- (...) “1.032.150,00 € (um milhão e trinta e dois mil, cento e cinquenta euros) para os”(…). -----
----- **10. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS:** -----
----- **10.1. APRECIACÃO DA PROPOSTA 446/CM/2021 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021 E 2022, REFERENTE AO FORNECIMENTO Nº 104/DMMC/DIEM/DIP/2020 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO PARA DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TRÁFEGO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE LISBOA – LOTE 1 (34/CPI/DA/DCP/2020), COM A CONSEQUENTE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E NO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----
----- **10.2. APRECIACÃO DA PROPOSTA 447/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023 E 2024, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO Nº 18/AQEA/2021 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS ELEMENTOS DE ÁGUA, NO JARDIM DO CAMPO GRANDE, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º, DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22º, DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL;** -----
----- (A Proposta 446/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante)-----
----- (A Proposta 447/CM//2021 fica anexada à presente Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante)-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar agora ao Ponto 10, é apreciação conjunta de duas propostas, a Proposta 446/CM/2021- Alteração da repartição de encargos, para os anos de 2021 e 2022, referente ao Fornecimento nº 104/DMMC/DIEM/DIP/2020 – Fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão para dispositivos de Iluminação Pública, Tráfego e Publicidade do Município de Lisboa. -----

----- Não sei se a Câmara pretende apresentar? Prescinde! -----

----- Portanto, é apreciação conjunta a Câmara prescinde também da apresentação da Proposta 447/CM/2021, não há inscrições.” -----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 446/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 446/CM/2021** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **(Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar nesta votação)**-

----- Vamos passar à votação **da Proposta 447/CM/2021**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 447/CM/2021** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **Com a necessária correção dos erros materiais abaixo transcritos:** -----

----- **No ponto 1 da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “, com o valor máximo de 637.919,58 € com IVA incluído ”(.....);-----

----- **Deve constar:** - (...) “, com o valor máximo de 637.919,58 € (seiscentos e trinta e sete mil novecentos e dezanove euros e cinquenta e oito cêntimos) com IVA incluído2(.....). -----

----- **No último parágrafo da parte deliberativa:** -----

----- **Onde consta:** -----

----- (...) “com o código 41078”(.....); -----

----- **Deve constar:** -----

----- (...) “com o código 41078_RP”(.....). -----

----- **11. APRECIACÃO DO VOTO 154/01 (PAN) - SAUDAÇÃO PELOS 20 ANOS DA ASSOCIAÇÃO CRESCER, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (O Voto 154/01 (PAN) fica anexado à presente Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora passar ao Voto 154/01 do PAN - Saudação pelos 20 Anos da Associação CRESCER. Portanto, eu pedia à Segunda Secretária que dê a palavra aos inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público em geral. -----

----- A Associação CRESCER, que se dedica a trabalhar na promoção da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade na comunidade, foi fundada em 2001 por um coletivo de profissionais motivadas/os para trabalhar na área da intervenção comunitária.-----

----- O respeito e a defesa dos direitos humanos, a integração comunitária, a participação ativa de todas e todos na sociedade, bem como a promoção da capacitação e autonomização de públicos vulneráveis são objetivos que estiveram presentes ao longo destas duas décadas de trabalho, nas quais foram vários os programas implementados na cidade de Lisboa, muitos dos quais com metodologias inovadoras em Portugal, sendo exemplos disso os espaços Drop-In e o programa É UMA CASA, Lisboa Housing First. -----

----- O trabalho da Associação CRESCER permitiu ajudar um largo número de pessoas em situação de vulnerabilidade - pessoas consumidores de substâncias psicoativas, pessoas que se prostituem, pessoas em situação de sem-abrigo ou migrantes -, assegurando que estas cidadãs e cidadãos têm acesso ao apoio e acompanhamento que lhes é devido.-----

----- Na área da prevenção e redução de comportamentos de risco, a Associação CRESCER detém o projeto É UMA RUA, Ocidental e Oriental e o Drop-In Espaço Âncora. No apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, detém os projetos É UMA CASA, Lisboa Housing First, É UMA RUA, Lisboa Centro Sul e o É UM RESTAURANTE. No apoio a pessoas refugiadas, a CRESCER promove os projetos NO Border, Refu’In e MARHABA. -----

----- Solidariedade António Sérgio, com o projeto É UMA CASA, Lisboa Housing First, e o Prémio Caixa Social da Caixa Geral de Depósitos, com o projeto É UM RESTAURANTE, em 2020; mais recentemente, em 2021, o Prémio SILVER pelo novo projeto É UMA MESA, atribuído pela FEANTSA - Working Together to End Homelessness in Europe. -----

----- A forma próxima empática como atuam diariamente as equipas da CRESCER reflete-se nos inúmeros casos e histórias de sucesso, o que tem sido reconhecido e distinguido com a atribuição de diversos prémios ao longo dos anos, nomeadamente: o Prémio Gulbenkian para a Coesão, em 2018; a Medalha de Ouro do Prémio dos Direitos Humanos 2019, da Assembleia da República; o Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, com o projeto É UMA CASA, Lisboa Housing First, e

o Prémio Caixa Social da Caixa Geral de Depósitos, com o projeto é um restauramete em 2020, mais recentemente em 2021 o prémio Silva pelo novo projeto “É uma mesa”, atribuído pela , atribuído pela FEANTSA - Working Together to End Homelessness in Europe. -----

----- Importa ainda destacar o papel determinante que a Associação CRESCER desempenhou - e continua a desempenhar - desde o começo da crise epidemiológica provocada pela COVID-19 em Portugal no apoio incansável a centenas de pessoas que perderam as suas casas e foram empurradas para as ruas de Lisboa, bem como a pessoas vulneráveis com comportamentos de risco, procurando garantir a sua segurança. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 6 de julho de 2021, delibere: -----

----- 1- Saudar os 20 anos da Associação CRESCER e o trabalho desenvolvido pelas pessoas em situação de maior vulnerabilidade na cidade de Lisboa;-----

----- 2 - Remeter a presente deliberação à Associação CRESCER, à Câmara Municipal de Lisboa, ao Ministério da Saúde e ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Gonçalo Moita do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Gonçalo Moita (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O CDS com gosto associasse a este voto de homenagem à Associação CRESCER e à celebração do seu 20º aniversário, dando conta de que se trata de uma associação que é um trabalho especialmente meritório em Lisboa, lidando com problemas que podemos considerar especialmente complexos, muitas das áreas corridas pela área social vão ao encontro daquilo que nós, como de momento designamos problemas sociais complexos, estes que a associação crescer trata, são porventura os mais complexos dos problemas sociais complexos de Lisboa. -----

----- E fá-lo com humanismo, como especialíssima criatividade, com inovação, com competência e com os números fantásticos que são públicos e, no âmbito daquilo que o deputado preponente já aqui referiu, aliás, os próprios prémios e distinções que tem sido alvo e objeto a esta Associação dão disso bem conta. -----

----- Vamos por isso, para além de votar a favor, vamos subscrever este voto e queria aproveitar esta ocasião para dar conta, já que falamos, também, da população sem-abrigo da sociedade da cidade de Lisboa, lembrar-vos que, numa das minhas últimas

intervenções falei aqui de um ou outro caso concreto de situações pessoas sem-abrigo, aqui perto de nós. -----

----- Falei de um caso de um senhor sem-abrigo que tem um problema ligado à contabilidade de uma empresa que foi dele e de um jovem cujo sonho era ter uma camisola da seleção nacional de futebol. Queria só dizer-lhes que depois destas referências, fomos contactados por uma empresa que nos pediu autorização para contratar esta pessoa sem-abrigo que a deu e já falou com ele, está a trabalhar no sentido de dar resposta aos problemas que este sem-abrigo tem. -----

----- E queria também referir que fomos contactados por uma cidadã Lisboaeta que se ofereceu para oferecer a camisola da seleção este jovem, já a recebemos e será entregue ao destinatário hoje à noite. -----

----- O que é isto à semelhança da Associação Crescer? É a sociedade de Lisboa que está viva, que está atuante, está atenta e que nos continua a dar, felizmente, um conjunto grande de boas notícias! -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado, Miguel Graça dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-presidente, Caros Colegas Deputadas e Deputados Municipais. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa gostariam também, de se associar a este voto de saudação apresentado pelo Grupo Municipal do PAN, sobre os 20 anos da Associação Crescer que, como vem referido no texto foi fundada em 2001 e trabalha precisamente nesta área de intervenção comunitária. -----

----- É uma Associação que é conhecida precisamente pelas suas metodologias inovadoras, por ajudar pessoas em situações de vulnerabilidade e por isso, gostaríamos, também além dos associarmos, inclusivamente de subscrever este voto, portanto, eu próprio Miguel Graça, Teresa Craveiro, José Alberto Franco, Ana Gaspar, António Avelãs e Pedro Paulo Mendes, gostaríamos também subscrever este voto e eu pessoalmente e como testemunho pessoal até porque tive a sorte em termos profissionais poder trabalhar com esta Associação e com os seus profissionais, dizer que foi uma honra poder acompanhar alguns dos projetos que vêm aqui referidos neste voto de saudação do PAN e, de facto, dedicar um voto saudação a esta associação parece-me um gesto merecido também desta Assembleia Municipal. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Não tenho mais nenhum deputado inscrito. -----
----- Portanto, a Câmara pretende usar da palavra? Sim, faça favor Senhor Vereador.”
----- **O Senhor Vereador, Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado. -----
----- Só para dar indicação de que me associo a título pessoal, naturalmente, mas eu creio que toda a Câmara acompanhará este voto de saudação da Associação Crescer e também dar aqui testemunho das muitas parcerias existentes hoje que vêm do passado que se manterão seguramente no futuro, com a Câmara Municipal de Lisboa em todos os projetos que aqui estão referidos e espero que no futuro outros projetos, sejam realizados em parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Crescer que tem sido uma mais-valia para a cidade de Lisboa e disso, creio e sinto-me obrigado a dar públicos testemunho. -----
----- Muito obrigado, Senhor Presidente!” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigado, Senhor Vereador.” -----
----- Vamos passar à votação do **Voto 154/01 (PAN)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Gaspar, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 154/01** foi aprovado por **unanimidade**. -----
----- (**Ausência dos Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves nesta votação**) -----
----- **12. APRECIACÃO DO RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE DESPORTO, NA SEQUÊNCIA DO ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA CIDADE, APRESENTADO PELAS 2ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----
----- (O **Relatório Conjunto sobre Desporto** fica anexado à presente Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante) -----
----- (A **Recomendação 154/04 (2ª e 7ª CP)** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante) -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Vamos passar ao Ponto décimo segundo, o Relatório Conjunto sobre Desporto na sequência do acompanhamento da situação económica da cidade, apresentado pela 2ª e 7ª Comissão, é relatora a Senhora Deputada Ana Mateus. -----
----- Portanto, pergunto à Senhora Deputada Ana Mateus se quer apresentar o relatório? Prescinda!” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----
----- “E como Deputada pretende intervir? Então tem a palavra Senhora Deputada!” ---

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez boa tarde, Senhor Presidente, senhores secretários, senhores deputados e senhor vereador, público aqui presente e também pelas redes sociais que estão a assistir.-----

----- O surto da pandemia de COVID-19 esteve e está a ter um enorme impacto em todo o mundo em termos de saúde pública, atividades económicas, emprego e vida social. -----

----- Nos últimos tempos, o desporto viveu um rebuliço de acontecimentos na sua história. -----

----- É determinante que os portugueses reiniciem ou comecem a contemplar a prática de exercício físico, mas para isso importa encontrar respostas que ajudem os portugueses a motivarem-se com segurança para o exercício físico bem como os que fazem do desporto profissão. -----

----- A Organização Mundial de Saúde (OMS) continua a reforçar a importância do exercício físico, neste período tão crítico para a saúde, salientando que o comportamento sedentário e baixos índices de atividade física poderão ter um impacto muito negativo na saúde, bem-estar e qualidade de vida da população. O exercício com intensidade moderada reforça o sistema imunitário e a saúde mental. -----

----- Temos de olhar para o desporto como uma prioridade, na prevenção das doenças, na formação das pessoas, naquilo que é essencial para o nosso equilíbrio interior, em especial para o desenvolvimento dos jovens. Terminar com as atividades para os jovens implica ter muitos problemas globais, nomeadamente na área da saúde mental e no desenvolvimento das pessoas. -----

----- Assim como, as pessoas com necessidades especiais, por fazerem parte do grupo de risco de contágio do COVID-19, foram impactadas nas restrições de atividades físicas e desportivas. -----

----- Neste contexto, importa olhar para a época que vivemos e pensar numa gestão do desporto especializada e competente, de forma a encontrar soluções para não se voltar a suspender a atividade quer competitiva, quer não competitiva. O fundo de apoio aprovado em Conselho de Ministros, e apresentado para um “sector de relevância social e económica, permitirá dar condições aos clubes para desenvolverem atividades desportivas para a população, presenciais ou à distância, ajustadas ao contexto de pandemia”, mas os municípios têm um papel preponderante na luta por este objetivo e no desenvolvimento do contexto desportivo em geral.-----

----- O desporto é um direito de todos os cidadãos, sendo que a sua presença e relevância na sociedade é cada vez maior. Por esta razão, cabe aos diversos agentes do contexto desportivo garantir que todos tenham acesso a condições de prática desportiva regular, promovendo estilos de vida saudáveis.-----

----- Pode ser um processo difícil, mas necessário para o bem da sociedade. -----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim do CDS-PP” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Deputados, muito boa tarde a todos. -----

----- Gostava de fazer aqui uma breve intervenção, mas começar por saudar, naturalmente a iniciativa da 2ª e da 7ª Comissão para ouvir inúmeras entidades relacionadas com a atividade desportiva e com as entidades que representam setores e o tecido económico e social na área desportiva.-----

----- Saudar também a relatora que fez um excelente trabalho na elaboração deste parecer e destas recomendações e agradecer, naturalmente também às entidades que se disponibilizaram para as audições que foram realizadas.-----

----- É através da audição a estas audições que tivemos mais perceção sobre a realidade dos apoios existentes aos clubes e ao setor desportivo, mas, para além da identificação do que tem estado mal e daquilo que é preciso fazer, existirão aqui um conjunto de situações que ouvimos com atenção e que nos fez perceber que há muito mais a fazer além dos apoios que têm vindo a ser dados. Nós concordamos, naturalmente com todas as recomendações que foram feitas e, obviamente, que votaremos favoravelmente tudo o que surgiu da elaboração deste relatório. -----

----- Mas gostávamos de fazer uma breve nota, sobre o impacto e a relação entre a prática do desporto e da atividade física e os impactos desta mesma atividade na saúde mental e na saúde física das pessoas. São vários os estudos que demonstram o impacto, porém, são poucas as medidas efetivamente implementadas, consigam promover o desenvolvimento da atividade física na nossa cidade, é preciso desenvolver estilos de vida saudável e também estilos de vida que promovam o bem-estar do cidadão, queremos ter cidades ativas, famílias ativa, escolas integradas e ativas. -----

----- A prática desportiva tem impacto na gestão e na regulação emocional, é inquestionável e também na melhoria da autoestima, especialmente nas gerações mais novas.-----

----- O sedentarismo é hoje um problema e o impacto do sedentarismo num conjunto de doenças também é inquestionável. Estamos a falar de um sedentarismo que leva a problemas tão graves como o excesso de peso e a obesidade, em todas as gerações e estes problemas acabam por levar a doenças graves, doenças cardiovasculares, doenças oncológicas, diabetes, entre tantas outras doenças que nós estamos tão habituados infelizmente, a ter que lidar diariamente.-----

----- Estas audições permitiram-nos perceber que não existem políticas públicas de combate ao sedentarismo e às suas consequências, não há produção suficiente da atividade física não há estratégia pública nem visão integrada de cidade em matéria de promoção da atividade física e do Desporto, e nós gostávamos de deixar nota apenas

do seguinte; investir agora na prática da atividade física e poupar no futuro, na saúde de todos!-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP- IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez boa tarde a todos.-----

----- Creio que este é um conjunto de recomendações que foi amplamente discutido na 2ª e 7ª Comissão que é bastante abrangente, quer nas medidas que propõem à Câmara quer nas medidas que a Câmara encaminha para o Governo. Foi um trabalho afincado de todos, em particularmente da Senhora Deputada Relatora.-----

----- E, portanto há uma questão aqui que nos suscitou e suscita e que surgiu durante as audições, nomeadamente nas audições com a Federação Portuguesa das Pessoas com Deficiência e do Comité Paralímpico de Portugal e que tem a ver, de facto, com ausência total do desporto para deficientes da Lisboa Capital Europeia do Desporto. Creio que é imperdoável este esquecimento, tínhamos esperança, porque foi uma surpresa creio que para todos, independentemente de cada das forças políticas, tinha alguma esperança que esta questão pudesse vir a ser ultrapassada ainda nos próximos meses, hoje tive o cuidado de ver a programação de eventos que terminam no final de julho, pelo menos aquilo que está *online* e todos nós temos muito pouca informação sobre a Capital Europeia do Desporto e não há, de facto, não foi possível pelos vistos ainda agendar ou reagendar alguma iniciativa nesta matéria e, portanto, queremos que é uma coisa que deve registar-se e que deve-se evitar no futuro.-----

----- Mesma assim o Ponto 5 das recomendações levanta uma série de questões e sugestões sobre o desporto para deficientes, que é também essencial numa cidade onde tanto se fala inclusão e, muito bem, a promover o desporto dar a conhecer para que se veja que é possível fazer desporto entre os deficientes, que ele também importante para a saúde eles e para o desenvolvimento deles e isto, de facto, obriga a um investimento, obriga a demonstração pública, independentemente de todo o trabalho que se possa e que se deve fazer nas escolas promovido pela Câmara, o pelas próprias juntas de freguesia.-----

----- Sobre está matéria, aliás, o PCP apresentou uma proposta na Câmara, creio que foi aprovada por unanimidade, para a construção de um espaço desportivo, creio que um pavilhão para a prática desportiva adaptada que será, também, um avanço em matéria de desporto na cidade.-----

----- Foi, de facto, uma audição bastante alargada, muito alargada mesmo que veio trazer aqui ao de cima questões relevantes, portanto, eu não sei mas, creio que todos

terão lido estas recomendações, mesmos os que não são da 2ª e da 7ª Comissão, mas acho que mais do que nós a Câmara deve lê-las e deve dar-lhes seguimento. -----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Alberto Franco, Independente”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-presidente da Câmara, Caros Colegas Deputados.-----

----- Com as intervenções anteriores já corro o risco de me repetir e, portanto, vou ser muito telegráfico.-----

----- Portanto, tendo participado no âmbito do trabalho conjunto entre a 2ª e a 7ª Comissões Permanentes, queria sublinhar mais uma vez, a importância do trabalho desenvolvido nesse contexto no que se refere ao desporto.-----

----- Subscrever também o elogio que já foi feito por outros colegas ao trabalho da Deputada Ana Mateus, que foi a relatora deste trabalho. Um trabalho, de facto, com uma cobertura exaustiva tanto quanto estava ao nosso alcance, de subsectores que são relevantes na situação do desporto para diferentes segmentos da nossa população.-----

----- As recomendações que apresentamos e que esperamos que sejam aprovadas aqui hoje contêm, de facto, uma variedade de medidas, que se recomenda à Câmara que sejam postas em prática, temos consciência como, aliás, o colega Fernando Correia na última intervenção, que também aqui sublinhou, muitas coisas têm falhado, têm ficado omissas, a isso também poderá não ser alheio algumas vicissitudes que ao nível do Executivo que este ano houve com o Pelouro do Desporto.-----

----- Esperamos que, após as próximas eleições, essas dificuldades sejam superadas e esperamos que as recomendações que hoje viermos aqui a aprovar, sejam lembradas o Executivo que for eleito e empossado a partir de outubro.-----

----- Claro que a deliberação de hoje permanece válida ainda que já não haja muito tempo para ser executada até ao fim deste mandato, mas contudo a atenção e a vigilância de todos os presentes que voltem a estar nesta Câmara a partir do próximo mandato para recordar o Executivo da importância de ainda incluir algumas dessas medidas no que sobrar de tempo para a concretização da Lisboa Capital Europeia do Desporto.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Teixeira do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Teixeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, cumprimentar todo o pessoal em *staff* de apoio à Assembleia Municipal e digníssimo público presente, através de transmissão um importante serviço que o município presta esta Assembleia, aquilo que é o debate que se faz periodicamente nesta Assembleia e nesta cidade. -----

----- Queria elogiar e acompanhar aqui os elogios que já foram feitos, mas não é de menos importância de voltar a frisar trabalho desenvolvido pelas 7ª e 2ª Comissão pelas senhoras e senhores deputados e através do elogio prestado aos deputados desta destas duas Comissões, elogiar também a Senhora Deputada Relatora que também já foi elogiada pela importância do documento. -----

----- Creio que cidade de Lisboa sai reforçada os clubes e associações, os atletas e os praticantes e uma vez mais os deputados eleitos prestaram à cidade um enorme contributo, aliás, como se consegue comprovar na qualidade e na extensão do documento naquilo que aponta. -----

----- Queria, naturalmente, também aqui elogiar as organizações e personalidades envolvidas que vieram trazer importantes e fundamentais contributos, mas tão bem, dizer e referir, e o Partido Socialista refere-o, elogiar de igual modo a Câmara Municipal de Lisboa e o Senhor Presidente pela extraordinária abertura e disponibilidade que tem vindo a realizar relativamente ao desporto e que mais recentemente se pode comprovar com o programa de apoio ao desporto, apresentado há cerca de duas semanas a esta Assembleia e aprovado, e que traz o reforço de 20 milhões de euros para serem, aplicados nos anos de civis de 2021, 2022 e 2023. -----

----- Eu irei de uma forma muito clara e talvez de uma forma exaustiva alongar-me sobre todos os pontos que surgem nestas recomendações, mas importância do documento e o respeito pelo extraordinário trabalho feito no âmbito destas duas Comissões obriga a que o Partido Socialista e a mim na qualidade de representante desta intervenção, tínhamos esse respeito essa consideração. -----

----- No seu Ponto 1, quando este documento e na sua recomendação apontava para o cálculo da tarifa de recolha de resíduos sólidos urbanos para as instalações desportivas. Este é um tema que nunca foi batido, mas é natural que este tema venha a ser debatido e tenho a certeza que o Município está aberto a estudar esta proposta, obviamente, em articulação com uma esfera superior que é do Estado Central. -----

----- Mas queria também a pegar no Ponto 2, quando se fala nesta recomendação na descolonização de espaços públicos na alçada do município para a prática a atividade física nas aulas ao ar livre para ginásio e clubes fitness, referir que departamento atividade física e desporto em articulação com os departamentos de espaço público e estrutura verde, já têm cedido e disponibilizado estes espaços como a total isenção do pagamento das taxas, quer em praças, quer em espaços urbanos para a prática regular da atividade física, a todos os agentes que promovem esta atividade, nomeadamente as associações e os clubes sem fins lucrativos. -----

----- No Ponto 2.2, quando se fala numa promoção de uma campanha promocional de incentivo à prática de exercício físico, recorrendo a meios e suportes de divulgação como a internet e a outros meios físicos como folhetos, é importante dizer que a divulgação e a promoção e incentivo da prática do exercício físico têm sido uma prática recorrente Município de Lisboa em várias ocasiões. No entanto, não temos dúvidas e o Grupo Municipal do Partido Socialista não tem dúvidas de que esta prática que o Município já tem, deve ser alargada e incentivada. -----

----- Relativamente ao Ponto 2.3, em que se fala também nesta promoção da animação nos jardins públicos com monitores exercício físico, é preciso diz que a Câmara de Lisboa com o seu departamento atividade física e desporto, tem desenvolvido alguns projetos em parcerias com várias entidades, nomeadamente a AGAP que foi ouvida, no âmbito destas duas Comissões e os seus associados, ou seja, através dos ginásios e academias sedeados em Lisboa. -----

----- Um dos projetos deu inclusivamente pelo nome de “Lisboa não para” infelizmente, este projeto foi interrompido no período de maio a setembro devido a questão da pandemia que vivemos e, portanto, muitos dos pontos que estão aqui ser discutido, tem vindo já a ser praticados na sua atividade pela Câmara, o que não quer dizer que não possam ser incentivados.-----

----- Quanto ao seu Ponto 2.4, fala num programa que promova os motivadores para os professores de Educação Física, para que estes possam incentivar os alunos e deste modo aproximá-los mais da prática desportiva, designadamente sentar na própria ligação dos clubes e a sua participação no modelo de governo das escolas que algo de fundamental. -----

----- Importa aqui recordar que a intervenção do município está condicionada ao primeiro ciclo, uma vez que os restantes ciclos de ensino são da responsabilidade do Ministério da Educação. -----

----- Dizer aqui, relativamente quanto à recomendação e quando fala no Ponto 2.5, na melhoria dos mecanismos de comunicação a fim de aumentar a visibilidade e a eficácia das medidas de apoio adotadas Lisboa para que este apoios cheguem, de facto, os interessados, nomeadamente no que diz respeito à aquisição para financiamento de bicicletas adaptadas, dizer também, que esta trata-se de uma matéria do Departamento Municipal de Mobilidade, porém, através da implementação do projeto de “Lisboa sem rodinhas”, tem-se verificado que existem mais crianças a desenvolver estas competências que são necessárias, quer ao nível do primeiro ciclo, quer ao nível do espaço público. Este é, aliás, um projeto que é catalisador e potencializador do uso alargado da bicicleta.-----

----- Relativamente à recomendação ao Ponto 2,6, em que ela aponta para melhoria do espaço de recreio escolar em parceria com escolas, devemos dizer que este é um dos objetivos da autarquia que tem sido desenvolvido pelo Departamento de Educação e articulação do Departamento Atividade Física e Desporto e todos os novos projetos de requalificação de escolas e projetos de novas escolas tem tido esta preocupação por parte do Município. Aliás, a Câmara Municipal de Lisboa tem procurado dotar os

espaços de equipamentos com novas áreas lúdicas adaptadas as idades de cada nível de ensino.-----

----- Queria ainda e desculpem a exaustão, mas como disse o documento é importante, e gostaria mesmo de poder comentar cada recomendação em nome do Partido Socialista. -----

----- Quando se fala na promoção dos jogos tradicionais no Ponto 2.7 e no espaço de recreio, designadamente os parques infantis em Lisboa, e na sua recomendação dizem inclusivamente, que devem ser remodelados numa dimensão mais natural e mais humana, isto é terem mais espaço apropriar às culturas de infância, mais apropriado aquilo que crianças e jovens que gostam de fazer, deve-se dizer que esta é uma matéria que tem merecido o interesse e a importância por parte do município. Aliás, o Departamento de Atividade Física e Desporto da Câmara Municipal de Lisboa encontra-se a desenvolver um projeto denominado “Rua Ativa” e articulação com o Departamento de Espaço Público.-----

----- Este projeto visa entre outros, o objetivo de trazer a população para a rua, nomeadamente durante os seus tempos livres. Nos espaços previstos a Câmara prevê ainda que sejam desenvolvidos jogos tradicionais entre outros de ambiente intergeracional.-----

----- Aliás, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou um projeto que faz parte de uma candidatura para fundos europeus, que foi recentemente entregue no âmbito do programa financiamento Erasmus mais, Europeu Erasmus +. -----

----- Na sua recomendação no Ponto 2.3, quando o documento diz que se deverá dinamizar junto das crianças e jovens do município de Lisboa atividades lúdicas e desportivas com base nos jogos tradicionais portugueses. Eu não tenho dúvidas nenhuma que o município irá seguir esta recomendação. -----

----- Contudo, importa salientar que este trabalho tem vindo a ser feito pela Federação das Coletividades do Distrito de Lisboa e com a Associação de Coletividades do Concelho de Lisboa que têm apoiado município na implementação de atividades, no âmbito jogos tradicionais portugueses em diversos eventos pontuais quais como as Olisipiadas. -----

----- Quando se fala na promoção da formação de animadores rua, também, como recomendação o Projeto “Rua ativa” já aqui referido na recomendação no Ponto 2.2, implica, exatamente esses pontos.-----

----- No Ponto 2.12 quando se fala na promoção do combate à iliteracia motora e foi algo que o Professor Carlos Neto nos trouxe como um debate muito motivador, é importante que se diga que o Município através do seu Departamento de Atividade Física e Desporto tem diversos programas que concorrem para neste objetivos, poderão pecar por não a chegar a toda a população infanto-juvenil e vão chegar cada vez mais, mas este programa já existe e é um problema de excelência se atendermos aos resultados e ao número crescente de participantes. -----

----- No seu Ponto 2,12, fala-se ainda no fomentar projetos de mobilidade ativa, criando projetos para restringir a mobilidade automóvel, ora, Senhores Deputados este é também um objetivo que depende em larga medida da implementação de uma forte

campanha de comunicação e divulgação. Seria importante que fosse lançado em parceria com os Departamentos de Mobilidade e de Espaço Público, uma rede de percursos ligados entre si. Esta rede deveria ser apoiada por uma aplicação informática, que permitisse ao público em geral poder monitorizar a sua atividade ao longo do tempo. -----

----- No Ponto 2.13, nestas mesmas recomendações fala-se da implementação do Dia do Jogo, aquilo a que se chama *Play Day*. E neste caso, esta recomendação elenca na resposta que foi dada já o Ponto 2.2, ou seja, a Câmara Municipal de Lisboa tem em fase de projeto a iniciativa de desporto regular dominada “Rua Ativa” que procurará atingir os objetivos já identificados nesta recomendação. -----

----- Mais ainda no Ponto 2.14, fala-se também que na implantação do novo modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular, devendo as AECS serem reconfiguradas.

----- Devo lembrar aqui senhoras e senhores deputados, Senhor Presidente da Assembleia que AECS dependem dos respetivos agrupamentos e ou das juntas de freguesia, portanto, há aqui todo um trabalho de reforço e ligação que está a ser feito. -

----- No seu Ponto 3, em que se fala nos tempos conturbados que se vivem da pandemia, que já aqui foram tratados pelos senhores deputados, que intervir antes de mim. As associações, clubes e coletividades desportivas têm um papel importantíssimo na coesão social, aliás, como todos os partidos foram inanimos em reconhecer. -----

----- Atualmente, os clubes estão a sofrer uma grave crise, recomenda-se que a Câmara Municipal, não obstante o envolvimento daquelas entidades na Capital Europeia do Desporto, articule com as Juntas de Freguesia os apoios para o desenvolvimento e implementação. -----

----- Senhor Presidente, senhores deputados, recordar que há duas semanas e como aqui pouco disse, o Município de Lisboa lançou maior programa financeiro de apoio para o desporto e atividade física no valor de 20 milhões de euros e está a ser amplamente divulgado perante todos os clubes, coletividades, associações desportivas, aliás, o Grupo Municipal do Partido Socialista tem conhecimento de que o primeiro eixo das suas medidas 1 e 2 tem vindo a ser completamente preenchido, por parte dos clubes num concurso a esse recurso de apoios. -----

----- Senhor Presidente, eu vou concluir e então eu teria e bancada do Partido Socialista teriam muitas coisas a dizer sobre de todas estas recomendações, mas em suma, queria dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista, concorda em absoluto com as recomendações expressas muitas destas, como verificámos na intervenção que aqui fiz, perdoa-me esta humildade, são já uma realidade da cidade de Lisboa, tal qual é inquestionável que o quadro de apoios que o Município de Lisboa tem vindo a dar ao desporto. -----

----- Temos a certeza da importância que o desporto e atividade física na cidade de Lisboa, assumem para o Município e para quem lidera este Município, não se esgota no Lisboa Capital Europeia do Desporto, aliás, este é um instrumento de todo um novo quadro de investimentos da cidade, do município numa população que se quer ativa, pelas razões maior. Pelas razões de saúde, física pelas razões de saúde psíquica,

porque os clubes assumem um papel extraordinário junta da população e das comunidades. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Câmara Municipal.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Ficou claro e evidente pela intervenção do Deputado Miguel Teixeira, que não é fácil descrever tudo aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa tem feito na área do desporto e a importância que este Executivo dá ao desporto, que está muito patente e, portanto, agradeço muito ao Deputado Miguel Teixeira, a tentativa de meter o Rossio na Rua da Betesga, porque, de facto, é muito difícil de fazer, digamos, uma resenha mesmo sucinta de tudo aquilo que é a atividade desportiva da Câmara Municipal de Lisboa e a promoção do desporto que município faz. -----

----- Por isso e muito sucintamente só para reforçar dizendo que esta é uma prioridade muito evidente, aliás, o que os senhores deputados tiveram oportunidade de apreciar e de votar há muito pouco tempo quando reforçámos em mais de 20 milhões de euros, aquilo que são os apoios e os programas do município de Lisboa na área da atividade desportiva, que certamente todas as ideias que foram consubstanciadas neste relatório, aonde contribuir para ainda melhorar mais aquilo que é o trabalho nesta área na cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, faremos certamente mais e melhor, com as ideias que foram transmitidas neste relatório, portanto, agradeço o trabalho feito pela Assembleia Municipal, nomeadamente pela 2ª e 7ª Comissões. E dizer-vos que há duas coisas que ficaram evidentes, uma que é difícil, de facto, condensar num pequeno espaço de tempo aquilo que é toda a atividade que a área do desporto tem e a outra é que em há um défice eventual, de conhecimento e a culpa, certamente será nossa por parte da Assembleia Municipal de toda essa atividade e, portanto, cá estaremos certamente no próximo mandato para fazer mais e melhor, nesta área e para podermos a dar melhor conhecimento à Assembleia Municipal daquilo que é a atividade nestas áreas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Relatora.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou ser muito rápida. -----

----- Eu só queria dizer aqui ao Senhor Deputado Miguel Teixeira, que o local próprio para apreciar isto que acabou de relatar era na 7ª Comissão, no qual faz parte. -----

----- De qualquer forma, agradeço, eu reconheço que está a reconhecer as recomendações, mas fiquei incrédula porque estive na 7ª Comissão e não fiz essas observações e tive necessidade de vir aqui ao plenário fazê-las. -----

----- Muito obrigada!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Manuel Lage, pretende usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, a Senhora Deputada Ana Mateus e os Senhores Deputados que estão na oposição que tão animadamente agora aplaudiram, esqueçam-se, certamente, só por lapso é que se esqueceram que há uma parte dos relatórios da nossa casa que referem que as forças políticas e os deputados reservam as suas opiniões para serem expressas no plenário da Assembleia e foi isso que o Senhor Deputado.... Oh, Senhores Deputados tenham calma, senhor deputado calme-se.... e foi isso que o Senhor Deputado Miguel Teixeira aqui fez no plenário, como, aliás, consta do regimento e da própria.... Senhor deputado tenha calma! E do próprio relatório que a Senhora Deputada Ana Mateus subscreveu, que dizia, foi a Senhora Deputada Ana Mateus que escreveu que os senhores deputados da 7ª Comissão reservam a sua posição política e para ser expressa em plenário, foi aquilo que o Senhor Deputado Miguel Teixeira, em nome do Partido Socialista vem aqui fazer e fez muito bem, Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra Senhor Deputado do MPT. -----

----- Senhores Deputados, eu peço que não prolonguem esta questão!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Contra factos, não há argumentos! Há um regimento e o facto é o regimento! -----

----- O regimento tem prazos, tem prazos estabelecidos, tem tempos estabelecidos para os Grupos Municipais e para as intervenções. -----

----- Eu, gostaria saber porque é que o Senhor Presidente deixou o Deputado do PS passar o tempo estabelecido para o PS, passar o tempo do PEV e ultrapassar ainda em 5 minutos tudo isto é que eu gostaria que respondesse? -----

----- Porque isto é inadmissível! -----

----- Porque cada vez que eu estou a intervir nesta mesa, e se passa 2 ou 3 segundos e tentam-me calar, tanto os senhores deputados do PS como a Mesa. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, este assunto está encerrado e nenhum deputado deve ultrapassar os tempos, sejam de que partido for e este é o princípio que deve vigorar naturalmente, que é solicitado aos senhores deputados quando o fazem que conclua o mais rapidamente possível, não vale a pena prolongados este assunto, vamos passar à votação.-----

----- O senhor deputado acontece, a Mesa nem sempre consegue controlar a ultrapassagem dos senhores deputados, aconteceu com deputados de vários partidos, efetivamente nenhum deputado deve fazer isto e por tanto a primeira disciplina é dos próprios senhores deputados que têm que saber exatamente que não devem ultrapassar e devem acatar imediatamente. Portanto, este assunto infelizmente, já aconteceu, mas não deve acontecer, qualquer que seja o grupo ou deputado em causa, portanto, este assunto está encerrado.” -----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação 154/04 (2ª e 7ª Comissão)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, José Alberto Franco, Miguel Gaspar, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Rodrigo de Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 154/04 (2ª e 7ª Comissão)** foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência dos Deputados Municipais Independentes Pedro Mendes e Raul Santos nesta votação)** -----

----- **13. APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE RELATIVO AO DEBATE TEMÁTICO “LISBOA E OS ANIMAIS: OS DESAFIOS DA SOCIEDADE ACTUAL” REALIZADO NA SEQUÊNCIA DA PROPOSTA 001/PAN/2018 APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE OUTUBRO 2018, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º E NO N.º 5 DO ARTIGO 39.º, DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (O Relatório Final da 4ª Comissão permanente relativo ao Debate Temático “Lisboa e os animais: os desafios da sociedade atual” fica anexado à presente Ata como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação 154/05 (4ª CP)** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto13- Relatório final da 4ª Comissão Permanente relativo ao Debate Temático “Lisboa e os animais: os desafios da sociedade atual”. -----

----- Tem uma recomendação a 154/05 da 4ª Comissão Permanente apresentado pela relatora Maria Luísa Aldim, portanto, dou a palavra a senhora relatora. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de Relatora: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- Este relatório surge precisamente como disse no âmbito da discussão, “Lisboa e os animais, os desafios da sociedade atual”, proposto pelo PAN para discussão aqui nesta Assembleia. Este debate foi feito em duas sessões, a primeira sessão sobre a sociedade civil e a proteção animal e a segunda sessão sobre políticas públicas de proteção bem-estar e Saúde animal.-----

----- Os problemas são vários foram identificados por um conjunto de entidades e de pessoas que estiveram aqui connosco, a dar a sua opinião e partilhar as suas reflexões, por isso gostava nesta minha intervenção de focar nas recomendações que surgiram da Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida, parecer esse que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Neste relatório apresentámos 40 recomendações, são 40 recomendações que se dividem em três partes, a primeira parte são as recomendações diretamente propostas à Câmara Municipal de Lisboa, uma segunda parte que são as propostas recomendadas à Assembleia da República e ao Governo, portanto, para que a Câmara Municipal de Lisboa possa instar estes organismos. E uma terceira parte que recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que inste, também, outros municípios e as autoridades competentes nesta mesma matéria. -----

----- Gostava assim de me focar naquilo que são as propostas que a Comissão propõe para a Câmara Municipal de Lisboa. Começa desde logo com sugerir a melhoria e ampliação das instalações da Casa dos Animais de Lisboa, propõe também a executar as obras necessárias na clínica nos parques de reabilitação e nas restantes estruturas deste centro de recuperação, uma vez que as instalações do Centro de Recuperação de Animais Silvestres são neste momento insuficientes para os animais que o centro recebe atualmente. -----

----- Sugere também integrar os trabalhadores precários no quadro da Câmara Municipal de Lisboa, contratar pelo menos e consultor de comportamento animal para Casa dos Animais de Lisboa, apoiar a construção de novas instalações na União Zoófila, estudar formas de apoio para a União Zoófila, nomeadamente a possibilidade de isenção do pagamento de taxas constantes na fatura da água. -----

----- Propõe ainda aumentar os protocolos de colaboração com associações zoófilas sem fins lucrativos, bem como, movimentos de cidadãos que se tenham vindo a revelar fundamentais para a cidade e com associações de veterinários também.-----

----- Aumentar as parcerias com entidades relevantes, nomeadamente a Faculdade de Medicina Veterinária, estimular o voluntariado e os estágios. -----

----- Sugere também a abertura da Casa dos Animais à sociedade civil e o programa de voluntariado para a qualidade de vida dos animais. -----

----- Prever nos orçamentos municipais anuais, as verbas necessárias para assegurar a proteção eficaz dos animais de Lisboa. -----

----- Criar campanhas regulares para a esterilização gratuita destinadas a famílias com dificuldades económicas. -----

----- Dispor de um hospital veterinário solidário. -----

----- Fomentar a adoção responsável e esclarecida com aconselhamento profissional. --

----- Promover fortes campanhas de educação e sensibilização para evitar o abandono.

----- Inserir no programa educativo conteúdos relativos à proteção e ao bem-estar animal, em articulação com o Ministério da Educação.-----

----- Elaborar um plano estratégico municipal e regulamento municipal de bem-estar animal para dar resposta às situações de áreas, de modo a garantir que os animais têm a devida proteção na nossa cidade.-----

----- Implementar um plano de emergência de animais em caso de catástrofe.-----

----- Dispor de planos de contingência proteção civil.-----

----- Agilizar os procedimentos em casos de maus tratos ou abandono dos animais.-----

----- Agilizar os procedimentos nos casos em que os detentores de animais estão numa situação mais vulnerável por serem vítimas de violência doméstica.-----

----- E ainda, sugerimos também a maior articulação entre as diferentes políticas públicas, nomeadamente no que respeita aos animais de companhia, das pessoas que se encontra em situação de vulnerabilidade social, ou que, por exemplo, por situação de razão da idade, como pessoas idosas que se encontrem numa maior situação de isolamento.-----

----- Sugerimos ainda mais quatro pontos, que passam por:-----

----- Repensar a introdução de colónias de gatos no Parque Florestal de Monsanto.-----

----- Proteger a fauna da cidade.-----

----- Erradicar os cães acorrentados na cidade de Lisboa.-----

----- E instalar mais pombais contraceptivos para o controlo da reprodução dos pombos.-----

----- Este parecer conta como disse, com mais duas partes que não são diretamente a atividade da Câmara Municipal de Lisboa porém, a Comissão entendeu que faria sentido expor aquilo que foi, no fundo, a consequência direta das entidades que estivemos a ouvir e, portanto, espelhar também aqui neste parecer e neste relatório as recomendações que essas mesmas entidades nos fizeram chegar.-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Deputada Relatora.-----

----- Temos mais dois deputados inscritos, pelo que peço que respeitem os tempos!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Gaspar do Partido Socialista.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Hugo Gaspar (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, caros colegas deputados.-----

----- Quando, em outubro de 2018 o Partido dos Animais e da natureza apresentou nesta casa a proposta para um debate temático sobre “Lisboa e os animais, os desafios da sociedade atual”, o Partido Socialista votou favoravelmente mesmo e em tudo e em boa hora o fez.-----

----- O debate realizado em duas sessões distintas trouxe a esta casa uma temática que deve ser discutida com seriedade, sobriedade, pragmatismo e afastada de deteção de

apropriação indevida ou demagogia de maior ou menor evidente populismo eleitoralista.-----

----- Chegados a 2021 a poucos meses da conclusão de um mandato autárquico inquestionavelmente marcado pela pandemia. O Partido Socialista reafirma com a confiança de quem sabe o que fez aquilo que tem dito ao longo dos últimos anos, sempre que instada a pronunciar-se sobre a temática do bem-estar na cidade de Lisboa, afirmando o que cada um dos deputados municipais aqui presentes em consciência, sabe ser factual indesmentível. Nunca ninguém fez tanto em prol do bem-estar animal, como os executivos liderados por António Costa e por Fernando Medina.-----

----- Não que seja necessário, porque os factos são factos e nem frenesim pré-eleitoral, consegue inverte-los, mas a presente recomendação confirma múltiplas vezes que Lisboa através da sua Câmara Municipal é uma cidade amiga dos animais.-----

----- Passo a citar: *“Relativamente à nossa cidade, Lisboa tem vindo a progredir na defesa dos animais e é hoje uma cidade que se encontra na vanguarda das boas práticas no que diz respeito à proteção e ao bem-estar animal. Apesar de ser um município que tem é a maior escala desafio por ter uma quantidade muito substancial de animais e continua a ter a ambição de ser uma cidade cada vez mais amiga dos animais”*, na verdade, tem vindo a trabalhar para isso! -----

----- Aboliu o abate dos animais muito antes de ter sido legislado nível nacional, reforçou políticas na área da adoção, criou a Casa dos Animais de Lisboa, criou a Provedoria Municipal dos Animais de Lisboa e implementou em parceria com diversas associações uma estratégia para a estabilização das Colónias CED para controlo de colónias de gatos e redução das populações felinas silvestres. -----

----- Partilhamos a ambição de querer mais! A cada meta alcançada, a cada objetivo cumprimos, a cada nova medida que levamos a cabo em Lisboa para justificar que a nossa cidade é, de facto, amiga dos animais é lançado novo desafio.-----

----- No caso do documento em análise muitos desafios que são feitos na forma de recomendações à Câmara Municipal de Lisboa, já se encontram a ser executados. -----

----- Outros representam um caderno de encargos que é próprio de quem sabe que pode pedir, porque muito dificilmente terá a responsabilidade de pagar. Outros e ainda vão pedir ao radicalismo e uma visão ortodoxa da temática do bem-estar animal quando o diálogo e a moderação têm dado resultados benéficos. Não faz mal, são as vicissitudes do xadrez partidário, de cada partido a fazer política, mas acima de tudo é mais uma prova de que Lisboa está em boas mãos e que temos percorrido o caminho certo. -----

----- Concluimos então, reforçando a pertinência da promoção e realização deste debate e o valor de presente recomendação, uma vez que traz contributos muito válidos para a linha de atuação do Município de Lisboa e que merecerá a nossa votação favorável. -----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada.-----

----- O relatório relativo ao Debate “Lisboa e os Animais: os desafios da sociedade actual” reflecte as preocupações e as propostas apresentadas e inclui um conjunto de recomendações que, no geral, Os Verdes entendem ser fundamentais para garantir a protecção e o bem-estar animal. -----

----- Esta é uma matéria que, desde os anos 80, tem motivado várias propostas do PEV, algumas nem sempre acolhidas com êxito, mas em que continuámos a insistir, defendendo sempre uma evolução do paradigma da protecção animal. -----

----- Felizmente, essa evolução a nível da legislação e da sociedade, que está mais sensibilizada e exigente, está a acontecer, nomeadamente face a actos de abandono e maus-tratos, mas ainda está por realizar a necessária adequação dos meios de resposta às exigências actuais. Com efeito, uma das conclusões mais relevantes do debate é que, a par da mudança de mentalidades, de comportamentos e legislativa, nada se faz sem meios. Todas as entidades - centros de recolha oficial, forças policiais, associações, etc - precisam de estar dotadas dos meios adequados. Só assim, se conseguirá atingir um pleno estágio de bem-estar animal. -----

----- Lisboa, comparando com outros municípios, está numa situação mais favorável e tem mais condições, mas, mesmo assim, há muito a fazer.-----

----- A ampliação da Casa dos Animais não pode continuar a ser adiada, é preciso contratar trabalhadores, assim como para o LX CRAS, onde além da carência de meios humanos, há vínculos precários. Não podemos aliás deixar de referir que estas equipas fazem muito, com muito pouco. O voluntariado é importante como complemento, mas não pode substituir os trabalhadores necessários. -----

----- A rede de pombais contraceptivos tem de avançar e têm de ser dadas as devidas condições à Provedoria dos Animais.-----

----- Reforçamos também que as campanhas de sensibilização têm aqui um papel preponderante e devem ser intensificadas, porque é preciso mudar mentalidades e comportamentos.-----

----- Todas estas medidas, para não serem apenas uma declaração de intenções, devem ter reflexo no orçamento. -----

----- O PEV não pode deixar de salientar que falar das condições dos animais é também falar das condições de vida das pessoas e essa visão global não pode ser descurada. As dificuldades económicas das famílias, a par com a incapacidade para garantir cuidados aos animais, são causas que levam ao abandono. -----

----- Por fim, dizer ainda que Os Verdes acompanham as várias recomendações que constam deste relatório, sendo natural que estejamos mais de acordo com umas recomendações do que com outras. -----

----- Sublinhamos que a Assembleia Municipal de Lisboa e a Comissão fizeram a sua parte relativamente ao relatório e às recomendações, agora é preciso que saiam do papel. Este debate foi realizado já há dois anos e muito do que foi realçado continua por fazer, o que vem dar força à necessidade de concretizar estas medidas porque, a continuarem apenas no papel não vão contribuir para melhorar as condições dos animais.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.-----

----- Não temos mais nenhum deputado inscrito.”-----

----- Vamos passar à votação **da Recomendação 154/05 (4ª CP)**. Não há votos contra, abstenção do Deputado Municipal Independente António Avelãs, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: José Alberto Franco, Miguel Graça, Patrícia Gonçalves, Paulo Muacho, Pedro Paulo Mendes, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 154/05 (4ª CP)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **(Ausência dos Deputados Municipais Independentes Ana Gaspar e Raul Santos nesta votação)**.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --

----- “Senhores deputados, está esgotada a nossa ordem de trabalhos, portanto, concluída a 96ª sessão, portanto, para a semana haverá outra sessão que terá, portanto, as perguntas à Câmara.-----

----- Senhores deputados, está encerrada esta sessão.-----

----- Obrigada.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e trinta minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE-----